



# Anais da Assembléia

N.º 84

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1984

ANO X

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 76.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1984

(Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Ivan Gubert.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quinrana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edurado Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 161/84

Curitiba, 22 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 10/84, celebrado em 26 de julho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, objetivando a concessão de auxílio financeiro para aquisição de um transmissor UHF de 10W, para ser instalado na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 162/84

Curitiba, 22 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo n.º 02/84, datado de 23 de abril de 1984, ao Convênio n.º 07/83, celebrado em 22 de fevereiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, do Departamento Hidroviário e do Departamento de Águas e Energia Elétrica e a Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS, objetivando executar o desassoreamento do Canal do Varadouro, para permitir a navegação interior entre Iguape, Estado de São Paulo, e Paranaguá, Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 163/84

Curitiba, 22 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio n.º 23/84, celebrado em 21 de maio de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de JUNDIAÍ DO SUL, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 168/84.

Curitiba, 29 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de PLANALTINA DO PARANÁ, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído da data n.º 11, da quadra n.º 110, com 755,00 m<sup>2</sup>, situada na Rua Cuiabá, esquina com a Avenida Bahia, na sede do referido município, cujo imóvel foi adquirido pelo Estado, conforme Matrícula n.º 3.378, de 1.º de março de 1982, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis

consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, segundo esclarece o Senhor Prefeito Municipal de Planaltina do Paraná, o imóvel em causa, após o advento da respectiva lei, caso esta proposição seja aprovada, revertera ao patrimônio municipal e será utilizado na construção de um novo Paço Municipal.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Planaltina do Paraná, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído da data nº 11, da quadra nº 110, com área de 755 m2, situada na Rua Cuiabá, esquina com a Avenida Bahia, na sede do referido município, cujo imóvel foi havido pelo Estado, conforme Matrícula nº 3.378, de 01/03/82, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 169/84.

Curitiba, 29 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa obter autorização para abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 1.350.000.000,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) destinados a atender despesas com Serviços de Terceiros da Subchefia de Comunicação Social, no corrente exercício.

Os recursos necessários à abertura do presente crédito, são provenientes de Excesso de Arrecadação do Tesouro Geral do Estado, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

#### PROJETO DE LEI Nº 210/84

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 1.350.000.000,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) no vigente Orçamento da Subchefia de Comunicação Social, destinados a cobrir despesas com Serviços de Terceiros.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo, o estabelecido no § 1º, item II, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 170/84.

Curitiba, 29 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, que visa obter autorização para a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 2.351.000.000,00 (dois bilhões, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) destinados a atender despesas

Curitiba, segunda, em 10/09/84

com Outros Custeios e Obras e Instalações do Tribunal de Justiça no corrente exercício.

Os recursos necessários à cobertura do presente crédito, são provenientes do Excesso de Arrecadação do Tesouro Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 2.351.000.000,00 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões de cruzeiros) no vigente Orçamento do Tribunal de Justiça, destinados a cobrir despesas com Outros Custeios e Obras e Instalações.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no § 1º, item II, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa

MENSAGEM Nº 172/84

Curitiba, 29 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de 1.ª. Termos Aditivos datados de 18 de julho de 1984 a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE:

Município	data do Convênio Aditado
Mariluz	28/11/83
Nova Esperança	19/03/84
Terra Rica	28/11/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 173/84.

Curitiba, 29 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio nº 52/84, celebrado em 29 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Ponta Grossa, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa

Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 174/84

Curitiba, 29 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, com os seguintes objetivos:

Data do Convênio	Município e objetivo
18/07/84	UNIÃO DA VITÓRIA - Estabelecer condições de colaboração mútua técnicas e materiais, visando estimular a produção agropecuária paranaense.
06/07/84	UMUARAMA - Realização da XI Feira-Exposição Agropecuária e Industrial.
28/07/84	FRANCISCO BELTRÃO - Realização da IX EXPOBEL, que engloba cinco exposições.
03/07/84	CONTENDA - Realização de um Programa de Hortas e Pomares Didáticos, visando ativar o fomento agrícola na região.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 175/84.

Curitiba, 30 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva aplicar, na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo art. 77, da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, com a redação dada pela Lei nº 7.878, de 4 de julho de 1984.

A medida ora submetida a exame dessa Augusta Casa de Leis respalda-se nos preceitos constitucionais consubstanciados nos parágrafos 3º, 4º e 5º, do art. 41, da Constituição Estadual, através dos quais é estabelecida igualdade de garantias entre Desembargadores do Tribunal de Justiça e Conselheiros do Tribunal de Contas; e destes com os Procuradores junto ao mesmo Tribunal.

Recentemente, pela Lei nº 7.878, de 4 de julho de 1984, o art. 77, da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, teve sua redação alterada, com vistas a adotar novos critérios, para concessão, aos Magistrados, da gratificação adicional por tempo de serviço. Diante desse fato e com base nos dispositivos constitucionais citados, e, ainda, tendo vista solicitação, nesse sentido, contida em expediente que me foi encaminhado pela Presi-

dência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, a medida em causa afigura-se inteiramente justa e oportuna.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal será concedida na conformidade dos critérios estabelecidos pelo art. 77, da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 7.878, de 4 de julho de 1984.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1984.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 176/84

Curitiba, 30 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem nº 134/84, de 25 de junho próximo passado, cujo projeto de lei, dispondo sobre procedimentos com vistas à revisão de proventos de funcionários civis aposentados do Poder Executivo, encontra-se em tramitação nessa Augusta Casa de Leis, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência as providências que se fizerem necessárias no sentido de que a redação do art. 6º, do mencionado projeto de lei seja substituída pela que segue:

Art. 6º - O art. 1º da Lei nº 6.794, de 08 de junho de 1976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - O funcionário que tiver percebido em períodos diferentes, as gratificações de que tratam os incisos II e III, do art. 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, terá incorporado aos seus proventos de aposentadoria, o valor correspondente à maior média percebida durante 12 (doze) meses, desde que a percepção dessas gratificações some 3 (três) anos ininterruptos ou 5 (cinco) anos alternados, a qual incidirá sobre o valor do vencimento do cargo que estiver exercendo na data da aposentadoria ou, se for o caso, sobre o valor dos proventos assegurados pelo inciso III do art. 140, da Lei nº 6.174/70".

Parágrafo único - Ficam revogados os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.794, de 08 de junho de 1976.

O aditamento ora proposto decorre de reexame procedido após o encaminhamento da referida Mensagem nº 134/84, quando constatou-se a necessidade, de que as disposições constantes da atual redação do art. 4º da citada Lei nº 6.794/76, devam ser mantidas a fim de que o benefício de que tratam possa ser concedido livre de quaisquer dúvidas que poderiam advir de interpretações incompatíveis com os reais objetivos da lei.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM Nº 177/84

Curitiba, 30 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar o Anexo 1 - RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS, previsto no art. 2º, da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, com modificações já introduzidas pelas Leis nºs 7.638, de 10 de setembro de 1982 e 7.815, de 29 de dezembro de 1983.

Através da alteração proposta ao referido resumo dos Quadros de Oficiais da Polícia Militar do Estado, pretende-se a transformação, no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares, de uma vaga de Tenente Coronel em Coronel e de duas de 2.º Tenente em Tenente Coronel. Segundo esclarece o Comando Geral da Polícia Militar do Estado, a medida faz-se necessária e oportuna, pois, "o Quadro de Oficiais do Corpo de Bombeiros (QOBM) mantém-se com a mesma estrutura de 1978 ou seja, embora tenham aumentado o grau de dificuldade técnica e de responsabilidade funcional de Comandante de GI o Comando dessas Organizações de Bombeiro Militar (OBM) permaneceu o mesmo, ou seja, Major".

Por outro lado, vale ressaltar que o anteprojeto de lei em causa, foi, conforme despõe o art. 38, do Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, submetido à apreciação da chefia do Estado-Maior do Exército, tendo recebido parecer favorável.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - O Anexo 1 - RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - previsto no art. 2.º da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, modificado pelas Leis nºs 7.638, de 10 de setembro de 1982 e 7.815, de 29 de dezembro de 1983, fica alterado na forma do Anexo que faz parte integrante desta lei.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo de que trata o art. 1.º

QUADROS	Cap.	Maj	TC	1.º Ten	2.º Ten	Soma
QOPM	10	32	47	115	143	496
QOBM	2	3	6	12	34	87
QOPM Fem					5	5
DS	MÉDICOS	1	5	6	7	25
	DENTISTAS	1	2	7	5	23
	VETERIN.			1	1	2
	BIOQUIM.		2	1	3	7
QCPM			1	1		2
OOE	MÚSICOS			1	1	2
	COMUNIC.			1	2	3
QOA				13	25	108
QOEXTINÇÃO				1	6	11
SOMA						771

MENSAGEM Nº 165/84

Curitiba, 24 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do art. 27, da Lei nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978, bem como adotar outras providências com vistas a estabelecer condições para implantação, através do Instituto de Terras e Cartografia - ITC, do "Plano de Colonização para fins de Concessão de Uso", em terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas.

O elevado interesse público, a oportunidade e necessidade de adoção da medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis, estão detalhadamente contidos na inclusa justificativa elaborada pelo ITC e que me foi encaminhada pelo Senhor Secretário de Estado da Agricultura.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - O artigo 27 da Lei Estadual nº 7.055/78, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 27 - As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas poderão ser destinadas a Plano Especial de Colonização para fins de concessão de uso, ou incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná".

Art. 2.º - O Estado do Paraná poderá deixar de promover a incorporação de terras devolutas ao patrimônio do ITC quando assim for de interesse público, indenizando conforme o caso, as benfeitorias e acessões de boa fé.

§ 1.º - O interesse público referido neste artigo, será definido com base nos seguintes critérios conjugados:

I - Necessidade em promover o reassentamento de rurícolas;

II - Viabilidade de efetivar-se na área o Plano Especial de Colonização;

III - Inexistência de elementos caracterizadores de unidades familiar ou de propriedade familiar;

IV - A natureza da atividade principal e renda dos referidos no inciso I do artigo 34 da Lei nº 7.055/78.

§ 2º - Constitui propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada tipo de região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros, nos termos do artigo 4.º, inciso II, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra).

Art. 3.º - Entende-se por concessão de uso, para os fins desta lei, a outorga pelo Estado da posse e da faculdade de utilizar o bem concedido nos termos da destinação especial e nas condições e limitações previstas em lei.

Parágrafo unico - As terras devolutas de que trata a presente lei, poderão ser objeto de titulação definitiva pelo Estado do Paraná, desde que requerida a outorga do domínio pelo ocupante, nos termos do art. 28 da Lei Estadual nº 7.055/78.

Art. 4.º - O Plano Especial de Colonização referido no artigo 1.º, bem como o Plano de Colonização previsto nos artigos 16 e 17, do capítulo IV, da Lei Estadual nº 7.055/78, compreenderão:

I - o acesso à terra com o aproveitamento racional e eficaz dos recursos fundiários públicos.

II - melhoria das condições econômicas, sociais e culturais no meio rural, preparo educacional e formação técnico-profissional;

III - o estímulo à atividade cooperada e ao desenvolvimento comunitário;

IV - desenvolvimento e prática de política agrícola integral, eficaz para fixar o homem no campo;

V - a proteção do meio ambiente;

VI - colaboração de órgãos federais e municipais na formulação e execução da política fundiária;

VII - ação conjunta de órgãos da Administração Estadual, associações e entidades ligadas à questão agrária, coordenada pelo ITC.

Parágrafo único - O Poder Executivo expedirá decreto regulamentando a participação dos órgãos da Administração Estadual.

Art. 5.<sup>o</sup> - O Estado do Paraná outorgará título de concessão de uso, com as seguintes cláusulas resolutivas:

I - uso efetivo da área;

II - domicílio e residência na área;

III - intransferibilidade a qualquer título;

IV - preservação de, no mínimo, a quarta parte da área do imóvel em mata, ou a reposição, no prazo de dois (2) anos, na mesma proporção se houver sido devastada.

V - cumprimento das condições contidas no Plano Especial de Colonização.

§ 1.<sup>o</sup> - Os títulos de concessão de uso serão assinados pelo Governador do Estado e pelo Presidente do ITC, devendo conter a qualificação completa do beneficiário, área, confrontações e individualizações necessárias, bem como as condições da concessão.

§ 2.<sup>o</sup> - Aberta a matrícula em nome do Estado do Paraná, será averbado à margem o título de concessão de uso, que gozará de insenção tributária.

Art. 6.<sup>o</sup> - Resolvida a concessão pelo inadimplemento do beneficiário, restituir-se-ão as partes ao estado anterior em que se encontravam, independente de notificação.

Parágrafo único - Em caso de revogação por interesse do Estado, independente de descumprimento das condições referidas no artigo 5.<sup>o</sup> da presente Lei, serão indenizadas as benfeitorias e acessões realizadas pelo beneficiário da concessão.

Art. 7.<sup>o</sup> - A morte do beneficiário extingue de pleno direito a concessão de uso.

Parágrafo único - Aos sucessores que residam na área objeto da concessão e que a tenham tornado produtiva, será outorgado o título de concessão superveniente à morte do beneficiário.

Art. 8.<sup>o</sup> - O ITC manterá cadastro técnico e administrativo de todas as concessões de uso com as anotações devidas.

Art. 9.<sup>o</sup> - A concessão de uso será efetivada a título oneroso, sendo no máximo vitalícia.

Art. 10 - Os rurícolas participarão do Plano Especial de Colonização após processo seletivo, que será realizado conjuntamente pelo ITC e as entidades referidas no artigo 4.<sup>o</sup>, inciso VII, do qual será assegurada publicidade.

Art. 11 - Não poderão ser beneficiários do Plano Especial de Colonização para fins de concessão de uso;

I - os servidores públicos;

II - os proprietários de imóvel rural;

III - as pessoas jurídicas;

IV - os que já tiverem sido beneficiados em Plano Especial de Colonização para fins de concessão de uso e que descumpriram as condições referidas no artigo 5.<sup>o</sup> da presente Lei.

Art. 12 - Da concessão de uso disciplinada nesta Lei, o Poder Executivo regulamentará mediante decreto:

I - as condições de uso, direitos e deveres dos beneficiá-

rios;

II - o processo de seleção dos rurícolas;

III - a área máxima e mínima.

IV - a forma de remuneração da concessão de uso, compatível com a situação dos rurícolas beneficiados.

Art. 13 - Os imóveis de domínio do Estado do Paraná, suscetíveis de exploração agrícola, poderão ser destinados a Plano Especial de Colonização para concessão de uso.

Art. 14 - As pessoas jurídicas da administração estadual poderão transferir ao patrimônio do Estado imóveis rurais, com a destinação específica para concessão de uso.

Parágrafo único - O Estado não poderá dar destinação diversa da estabelecida nesta lei aos imóveis referidos neste artigo, sob pena de facultar o retorno dos mesmos ao patrimônio da pessoa jurídica de origem.

Art. 15 - Os recursos financeiros necessários à concretização desta lei serão consignados pelo Estado do Paraná a conta do Fundo de Desapropriação e Colonização do ITC.

Art. 16 - As disposições constantes nesta Lei aplicam-se no que couber, às ilhas fluviais de domínio do Estado do Paraná.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado, através do ITC, a firmar Convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, visando a desapropriação por interesse social de áreas para promoção de reassentamento e colonização.

Art. 18 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

#### JUSTIFICATIVA DE ANTEPROJETO DE LEI QUE INSTITUI PLANO ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DE USO

O Paraná se apresenta hoje como um Estado desenvolvido e economicamente estável. Esta situação é refletida pela pujança de sua agricultura que contribui com pelo menos 25% da produção nacional de grãos. Fruto da colonização de correntes migratórias vindas dos quatro cantos do País, o Paraná praticamente esgotou sua fronteira agrícola, tendo sido implementadas no seu solo as mais modernas práticas agrícolas, desde a utilização do trator até a utilização de insumos modernos sofisticados.

Sob uma ótica voltada exclusivamente ao desenvolvimento econômico, a política agrícola implantada para atender este preceito não completou medidas que minimizassem o caos social que fatalmente viria a reboque.

A estrutura fundiária que, em certo sentido, se mantém estável, seja pelas suas relações de trabalho seja pela caracterização da propriedade familiar, começou, a partir do final da década de 60, a sofrer um processo de concentração, motivado principalmente pelo incentivo à utilização dos fatores de produção escassos - capital e tecnologia, e pela desconsideração do fator de produção abundante de mão-de-obra.

Com estes fatos e pela atração exercida pelo desenvolvimento industrial, o êxodo rural começou a atingir níveis insustentáveis, que têm culminado pela ampliação do exército de favelados.

Uma nova proposta de governo retratada nos anseios do povo, exige que nela estejam inseridas medidas que visem a inversão no processo de concentração da terra.

A aplicação integral do Estatuto da Terra seria, sem dúvida, um dos principais instrumentos, mas que transcende os níveis de competência legal do Poder Público Estadual.

Ao nível de sua esfera de atribuição e responsabilidade, cabe ao Governo do Estado, no estabelecimento de suas

prioridades ao pequeno produtor rural e principalmente cobrindo as regiões mais carentes, agir de forma integrada e coordenada na melhoria das condições de vida da população, atacando não só a regularização da terra, mas abordando itens tão importantes como a saúde, a educação, a assistência técnica, o saneamento básico, o transporte, entre outros.

No universo fundiário do Paraná, em matéria de terras devolutas, a edição da Lei n.º 7055, de 07 de dezembro de 1978, instituiu a legitimação da posse nas terras devolutas e contém em seu bojo o estímulo à reestruturação do meio rural e a criação e o florescimento da propriedade familiar, pilares para a fixação do homem no campo.

Entretanto, mesmo no plano das terras devolutas, a realidade agrária estadual exige um tratamento mais profundo e diferenciado.

É flagrante a incompatibilidade existente entre a regularização das posses a serem legitimadas e aquelas em que por não possuírem condições de legitimação são incorporadas e imediatamente endidas aos que se declaram ocupantes.

Tais casos são, em considerável e preponderante parcela, referentes a pessoas que se utilizam das terras públicas, com o fim de especulação imobiliária, ou quando muito para atividade agrícola marginal, não se constituindo desta forma sua atividade principal como fonte de renda para o seu sustento.

A atuação do Estado nesse sentido tem alcançado resultados quantitativos consideráveis, insuficientes, porém, para interferir nesse processo que relega a plano inferior o pequeno produtor rural, e ineficazes para conter (mesmo nas terras devolutas) a evasão do campo.

Vale referir que como consequência dos fatores de expulsão, existem hoje no Estado pelo menos 10.000 famílias sem terra no meio rural, e que ainda resistem à imigração para outros Estados e reclamam de forma organizada terras para trabalhar.

E o Governo do Estado deve dispor de seus meios para evitar o exílio de seus patrícios, especialmente nos imóveis rurais em que atua diretamente.

Assim, o interesse público na destinação das terras públicas devolutas deve ser levado em conta principalmente para a constituição da propriedade familiar, pois quem na terra vive e dela depende deve ser objeto de ação prioritária de Governo.

Cabe, desta forma, contemplar medidas de caráter social na definição do interesse público, diante da realidade estadual.

O reassentamento de famílias sem terra, ainda que restrito à disponibilidade dos recursos fundiários públicos, pode ser um dos objetivos do Governo do Estado, em que pese todas as limitações que o mesmo tem para tal.

Por razão de coerência, o Estado deve se propor a dispor das terras de seu domínio com o fim de dar destinação consentânea com as necessidades emergentes da realidade fundiária. Além disso, as pessoas jurídicas da administração estadual podem, no limite de suas possibilidades, transferir ao patrimônio do Estado, imóveis suscetíveis de exploração agrícola, com destinação específica para concessão de uso. Como se trata de concessão no máximo vitalícia, tais imóveis estarão sempre vinculados ao Estado. Tal transferência dará ao imóvel afetação indeclinável, consistindo em

transmissão que de modo fiduciário atribui ao Estado o mister de promover a concessão de uso, sob pena de facultar o retorno do imóvel, transferido à pessoa jurídica de origem.

Todos esses princípios decorrem da função social da propriedade, consagrada pela Constituição Estadual.

Visando concretizá-los, no âmbito de sua competência, pode e deve o governo estadual dar direção racional e socialmente justa às terras rurais de seu domínio.

A doutrina da função social da propriedade, para a qual convergem relevantes preocupações, tem, entre nós, guarida no direito positivado e merece toda a consideração face ao conceito contemporâneo da propriedade.

No próprio Estatuto da Terra, especialmente no § 1.º do seu artigo 2.º, vincula-se a função social da propriedade da terra ao bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; à manutenção de níveis satisfatórios de produtividade; à conservação dos recursos naturais; e à observância das disposições que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e aqueles que as cultivam. “O Direito Agrário brasileiro assevera o professor FERNANDO PEREIRA SODERO (in “O Estatuto da Terra”, Curso de Direito Agrário, vol. 2, Fundação Petrônio Portella-MJ, Brasília, DF, 1982), foi o único ramo jurídico que disciplinou a matéria relativa à doutrina da função social da propriedade”, e aduz: “Toda a riqueza produtiva tem uma finalidade social e econômica, e quem a detém deve fazê-la frutificar em benefício próprio e da comunidade em que vive”.

Nesse contexto de princípios, esposados nas considerações precedentes acerca da presente proposta, é imprescindível que se proceda a adequação de tais princípios com os instrumentos legais e institucionais.

No plano institucional, dispõe o Estado de órgão executor da política agrária no Paraná, no que se refere às terras públicas, que é o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, entidade vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura. Tal competência é deferida ao ITC pelo Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual n.º 4172, de 17/11/77, nos termos da Lei n.º 6313, de 20/09/72, que instituiu a Fundação de Terras e Cartografia, dispondo no seu artigo 5.º:

“Art. 5.º — O Instituto é o órgão executor da política agrária do Estado no que se refere a terras públicas, e tem por finalidade a colonização e o desenvolvimento rural do Estado do Paraná, a execução do cadastro territorial rural e sua estatística imobiliária, bem como a defesa dos recursos naturais e o incentivo ao reflorestamento. Compete-lhe ainda:

1 — Planejar, promover a execução, coordenar e controlar programas de colonização em terras públicas ou de sua propriedade e incentivar programas particulares de colonização...”

A lei Estadual n.º 7055, de 07/12/78, que dispõe sobre terras devolutas do Estado, atribui incumbência ao ITC para “promover a discriminação administrativa e judicial, a fim de descrevê-la, mediá-la e extremá-la do domínio particular. Por outra parte, em seu artigo 16, a Lei de Terras vigente institui o Plano de Colonização de Terras Devolutas,



regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 6414, de 08/03/79, que dispõe em seu artigo 1.º:

“Art. 1.º – Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná - ITC, nos termos da Lei n.º 7055, de 07 de dezembro de 1978, promover:

- I – o registro de posse e a expedição de licença de ocupação de terras devolutas;
- II – a discriminação das terras devolutas;
- III – a colonização das terras devolutas;
- IV – o inventário das terras devolutas”.

Cabe salientar que as terras declaradas devolutas mediante procedimento discriminatório integram o domínio do Estado. O único modo consagrado pela Lei de Terras vigente no Estado do Paraná, para transferência da área devoluta aos ocupantes, é através do instituto da legitimação de posse. Assim, hoje, as terras devolutas só podem ser transferidas a título de legitimação de posse (art. 22 da Lei Estadual n.º 7055/78).

As terras devolutas que não podem ser transferidas via legitimação de posse, face à inexistência de condições para que se verifique a legitimação, ou mesmo as terras devolutas encontradas vagas, são incorporadas ao patrimônio do ITC.

Consoante ALTIR DE SOUZA MAIA (in “Discriminação de Terras”, Fundação Petrônio Portella-MJ, Brasília, DF, vol. 6, 1982, p. 59), após apurado o patrimônio devoluto, há que se lhe dar destinação, mediante programas de colonização ou mesmo de reestruturação fundiária, sendo assim um patrimônio em permanente desagregação, em função de sua transferência ao domínio privado, ressalvadas as áreas que o interesse público requeira que permaneçam no domínio da União ou do Estado.

Nessa linha, as terras incorporadas ao patrimônio do Estado, encontram-se, em termos de destinação, afetadas, uma vez que só podem ser destinadas aos fins previstos no artigo 33, e seus incisos I, II, e III, da lei vigente. Trata-se de destinação para fins de pesquisa ou fomento; de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado, e de venda aos que se de dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Tem o ITC a faculdade e o dever de promover a destinação legal das áreas incorporadas ao seu patrimônio.

Nos imóveis incorporados para fins de venda, nos termos da legislação em vigor, a preferência legal é daqueles que, embora não tendo condições de legitimar sua posse, são considerados possuidores nos termos do art. 34, combinado com o art. 16, II, da Lei de Terras. Inexistindo pessoas que se enquadrem na hipótese do art. 34, I, pode o ITC vender área incorporada aos referidos no inciso II, do mesmo artigo; inexistindo pessoas que se enquadrem na hipótese dos incisos I e II do art. 34, pode o ITC vender áreas incorporadas aos referidos no inciso III.

Desse modo, o Plano de Colonização atualmente realizado pelo ITC, distancia-se de efetiva colonização, traduzindo-se em expediente que ou reconhece uma situação já consolidada – no caso da legitimação de posse –, ou se dirige àqueles que têm somente uma posse indireta no imóvel, contemplados que são com a alienação das áreas incorporadas determinada pela Lei de Terras vigente.

É no mínimo razoável entender que tal situação deve ser modificada, uma vez que o Estado do Paraná,

pelo menos em áreas devolutas, tem a responsabilidade de promover real colonização, inclusive (e precipuamente) tendo em mira a angustiante realidade social contemporânea. É o momento, por conseguinte, de promover, além da outorga de títulos em terras devolutas, procedimentos compatíveis com os reclamos e necessidades de considerável parcela da coletividade. É hora, portanto, de destinar terras do domínio público com rigor e seriedade, propiciando quando possível, inclusive o reassentamento.

A execução desse compromisso deve respaldar-se em instrumento legal discutido e aprovado pelos representantes da comunidade. Daí a razão de ser do presente anteprojeto de lei.

É de toda a evidência que, em matéria de reestruturação fundiária, o Governo Federal detém mecanismos exclusivos, tais como a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Bem afirma o Professor COSTA PORTO (in “Formação Territorial”, Fundação Petrônio Portella, MJ, Brasília, DF, 1982), que “dispõe o governo central de forte instrumental para levar a cabo a revisão de base de nosso fundialismo, atendendo aos reclamos, conjugados, de toda uma gama de elevados interesses imediatos – de progresso, de segurança, de paz e harmonia que competem ao Governo Federal, cabe ao Governo do Paraná desencadear medidas institucionais e legais que, no âmbito de sua competência, evidenciem, de um lado, atitudes concretas em prol dos interesses maiores da coletividade, e de outro, os princípios nortes da atual Administração Pública.

O apenso anteprojeto de lei institui, em terras públicas devolutas encontradas vagas ou sem condições de legitimação, o Plano Especial de Colonização para fins de Concessão de Uso.

Poderão ser objeto do Plano Especial terras devolutas que, mediante procedimentos discriminatórios sejam encontradas vagas, isto é, sem ocupação, ou imóveis devolutos cujos ocupantes não se enquadrem nas condições de legitimação estatuídas pelo artigo 28 da Lei Estadual n.º 7055/78.

Permanecerão, indubitavelmente, os institutos da legitimação de posse e o da alienação previsto nos artigos 33, III, e 34, da vigente Lei de Terras.

Ao lado de tais procedimentos, propõe-se a instituição do Plano Especial de Colonização que visa fundamentalmente o reassentamento naquelas áreas referidas. Este Plano Especial coloca-se ao lado dos Planos de Colonização previstos na Lei de Terras em vigor para a legitimação e alienação, não excluindo-os, dando-lhes, porém, conotação mais ampla ao disciplinar que todos os Planos de Colonização, inclusive o Especial para fins de Concessão de Uso, compreenderão:

I – o acesso à terra com aproveitamento racional e eficaz dos recursos fundiários públicos;

II – melhoria das condições econômicas, sociais e culturais no meio rural, preparo educacional e formação técnico-profissional;

III – estímulo à atividade cooperada e ao desenvolvimento comunitário;

IV – desenvolvimento e prática de política agrícola integral, eficaz para fixar o homem no campo;

V – a proteção do meio ambiente;

VI – colaboração de órgãos federais e municipais na formulação e execução da política fundiária;

VII – ação conjunta de órgãos da Administração

Estadual, associações e entidades ligadas à questão agrária.

Para atingir tal objetivo, atuarão, nos setores de competência específica, vários órgãos da Administração Estadual, coordenados pelo ITC, que nos termos da lei têm a incumbência desse mister. Nesse sentido, após a vigência da nova lei, o Poder Executivo expedirá decreto regulamentando a participação desses órgãos públicos nos Planos de Colonização.

A colonização, no Plano Especial previsto, far-se-á mediante concessão de uso, estendendo-se por tal a outorga pelo Estado da posse e da faculdade de utilizar o bem concedido nos termos da destinação especial e com limitações. Assim, o rurícola beneficiado pelo Plano terá todos os poderes inerentes à propriedade, exceto o de dispor, dado que o domínio do imóvel concedido remanesce no Estado. Com isso, cria-se mecanismo para coibir, nessas áreas, o êxodo rural, e com o gravame de intransferibilidade aplicado à concessão impede-se o chamado "comércio de posses".

A concessão de uso atende às necessidades de adequação dos princípios referidos à realidade, e é um híbrido de contrato de direito administrativo com o direito de uso, instituto bem conhecido pela doutrina brasileira. Segundo HELY LOPES MEIRELLES (in "Direito Administrativo Brasileiro", 5ª ed., Ed. RT, São Paulo, 1977), a concessão de uso é destinada a outorgar ao particular a faculdade de utilizar um bem da Administração, segundo sua destinação específica, conferindo ao beneficiário um direito pessoal intransferível a terceiros.

Vale referir, a título de explicitação, que o uso é direito que autoriza uma pessoa a retirar, temporariamente, temporariamente, de coisa alheia, as utilidades exigidas pela necessidade do usuário e de sua família (ORLANDO GOMES, "Direitos Reais", Forense, 1978). É caracterizado caracterizado pela temporariedade, sendo indivisível intransmissível e personalíssimo. No mesmo sentido, J.M. DE CARVALHO SANTOS (in "Código Civil Brasileiro Interpretado", vol. IX. 14ª Ed., Liv. Freitas Bastos, RJ, 1982): o uso consiste na detenção temporária da coisa de outrem para o efeito de tirar dela, para si e para sua família, todas as utilidades de que ela é suscetível.

Em decorrência, as terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas poderão ser destinadas a Plano Especial de Colonização, para fins de concessão de uso, ou incorporadas ao patrimônio do ITC, para fins de pesquisa ou fomento, de constituição de reserva florestal ou de venda. Nesse sentido, é modificado o art. 27 da vigente Lei de Terras, englobando a hipótese de Plano Especial de Colonização em terras devolutas.

A concessão de uso, face sua relevância social, preferirá a incorporação da terra ao patrimônio do ITC, para os fins citados.

Quanto à venda, o Estado poderá deixar de promover a incorporação para fins de venda, destinando a área para Plano Especial de Colonização, quando assim for de interesse público, procedendo a devida indenização, se for o caso.

O interesse público que permite relegar a venda

e proceder ao Plano é condicionado pela verificação de critérios conjugados: a necessidade em promover o reassentamento de rurícolas; a viabilidade de efetivar-se na área ou imóvel um Plano de Colonização, mediante concessão de uso; inexistência de elementos que caracterizem, naquele imóvel, unidade familiar produtiva ou propriedade familiar, consoante definida pela Lei nº 4504, de 30/11/64 (Estatuto da Terra), e a natureza da atividade principal e renda daqueles referidos no inciso I do art. 34 da Lei de Terras vigente, isto é, daqueles que são nominados como tendo preferência na aquisição do imóvel por compra.

A concessão de uso referida será objeto posterior regulamentado por decreto do Poder Executivo estadual. Para caracterizar o instituto e explicitar seu conteúdo, o anteprojeto de lei disciplina alguns aspectos básicos, tais como as condições resolutivas, exigindo que o beneficiário use efetivamente a área concedida, tenha domicílio e residência na área, entre outros elencadas.

O ITC manterá cadastro de todas as concessões e acompanhará o desenvolvimento das áreas que serão concedidas.

O título concessivo de uso, a ser averbado na matrícula do imóvel, junto à Circunscrição imobiliária após expedição pelo Estado, goza de isenção tributária.

A concessão será efetivada a título oneroso, e é no máximo vitalícia. Faculta-se ao Poder Executivo a fixação de prazo menor.

Cabe explicitar dois aspectos pertinentes ao incluso anteprojeto de lei que institui Plano Especial de Colonização para fim de concessão de uso, proposta formulada por este Instituto.

O primeiro refere-se à questão da **temporariedade** da concessão de uso. Preliminarmente, cabe salientar que esse característico já se encontra implícito na minuta legislação sugerida e atende direta compatibilidade com a vigente Lei de Terras do Paraná, senão vejamos: de um lado, o apenso anteprojeto de lei em discussão tem tem como objeto terras devolutas, e de outro, beneficiará rurícolas sem terra, vale dizer, promoverá o assentamento. Como se vê, para que tal política fundiária encetada pelo Governo do Estado, tenha eficácia, é fundamental ter à disposição inclusive mecanismos jurídicos adequados, o que hoje inexistente. Daí a razão dessa proposição, uma vez que na necessária vinculação jurídica a ser estabelecida entre o novo ocupante reassentado e o Estado, o Paraná deve dispor de instrumento jurídico apto à consecução dos objetivos da política fundiária. Tal instrumento é a concessão de uso, o qual permite, ao mesmo tempo em que fixa no campo o rurícola reassentado, o completo e eficaz desempenho de tais objetivos.

Ressalte-se todavia, que a utilização de tal meio jurídico não afasta de forma alguma a aplicação da legislação em vigor. Não há, portanto, nenhuma incompatibilidade entre o trabalho realizado pelo Estado na outorga e titulação definitiva do domínio em terra devoluta e a concessão de uso. Aliás, a concessão de uso é justamente o elo que permitirá



ao Estado propiciar jurídica e faticamente a emancipação do(s) rurícola(s) reassentados. Isto porque prevê o artigo 28 da Lei de Terras em vigor que ao "possuidor de terras devolutas", que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse". E é o caso, pois a concessão de uso visa justamente formar a propriedade familiar consagrada pelo Estatuto da Terra, o que não é possível imediatamente, antes desse prazo de cinco (5) anos de ocupação. Depreende-se, portanto, com base em visão lógico-sistemática, que a concessão de uso poderá constituir-se em notável instrumento jurídico na execução de um projeto fundiário de longo alcance social, culminando, por fim, se for o caso, na emancipação do projeto quando decorridos cinco (5) anos mediante outorga do domínio.

Essa compatibilidade está implícita na proposta e explicitada, para não pairar sombras de dúvidas, no parágrafo único do artigo 3º do Anteprojeto, do seguinte teor:

"Parágrafo único — As terras devolutas de que trata a presente lei, poderão ser objeto de titulação definitiva pelo Estado do Paraná, desde que requerida a outorga do domínio pelo ocupante nos termos do artigo 28, da Lei Estadual n.º 7.055/78".

O segundo aspecto a ser ainda enfocado é a questão da onerosidade da concessão.

A concessão de uso será efetivada a título oneroso.

Resalte-se que da concessão de uso disciplinada nesta Lei, o Poder Executivo regulamentará mediante decreto a forma de remuneração da concessão de uso, compatível com a situação dos rurícolas beneficiados.

Tal dispositivo é justo à medida em que não privilegia os beneficiários do Plano e as rendas auferidas pelo Estado poderão inclusive ser utilizados para a consecução da política de reassentamento.

Participarão como beneficiários do Plano Especial de Colonização os selecionados pelos órgãos da Administração Estadual que integrarão o Plano, pelas associações e entidades ligadas à questão agrária, em conjunto com o ITC. Do processo seletivo, que será regulamentado pelo decreto acima referido, será assegurada publicidade. Estão excluídos da participação no Plano Especial os servidores públicos em geral; os proprietários de imóvel rural; as pessoas jurídicas, e os que já tiveram sido beneficiados em Plano Especial anterior e que descumpriram as condições essenciais e resolutivas.

Por último, visando a solução de inúmeras pendências é propiciada a aplicação da concessão de uso às ilhas fluviais de domínio do Estado do Paraná.

É, enfim, autorizado o Poder Executivo, através do ITC, a firmar convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, visando com a desapropriação por interesse social para promoção de reassentamento e colonização, ampliar o horizonte da aplicabilidade do presente Plano, compatível com os reclamos sociais de uma política agrária eficiente e justa.

(a) JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JR.  
Presidente do ITC

Mensagem N.º 171/84

Curitiba, 29 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais para a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, nos valores de Cr\$ 6.950.000.000,00 (seis bilhões, novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) e Cr\$ 20.328.000.000,00 (vinte bilhões, trezentos e vinte e oito milhões de cruzeiros), respectivamente.

Os recursos para cobertura dos presentes créditos são oriundos de Excesso de Arrecadação das Próprias Entidades e se destinam a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais, outros custeios e concessão de empréstimo.

Certo de que, uma vez mais, essa Colenda Casa nos favorecerá com sua atenção, reitero a Vossa Excelência, meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicionais aos orçamentos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA no valor de Cr\$ 6.950.000.000,00 (seis bilhões, novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) e do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, no valor de Cr\$ 20.328.000.000,00 (vinte bilhões, trezentos e vinte e oito milhões de cruzeiros).

§ 1.º — Os recursos destinados à APPA se prestam principalmente à despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Serviços de Terceiros e Encargos; os destinados ao IPE servirão para cobrir despesas com Pessoal, outros custeios e concessão de empréstimos.

Art. 2.º — Servirão para cobertura dos Créditos a que se refere o art. 1.º desta lei, recursos oriundos das próprias entidades, de acordo com o dispositivo no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Mensagem N.º 179/84

Curitiba, 31 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.433.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais, de Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná-FIDEPAR.

Os recursos necessários à abertura do presente crédito, são provenientes de Excesso de Arrecadação de recursos próprios, em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

# ANTEPROJETO DE LEI 226/84

Art. 1.º –Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 1.433.000.000,00 (hum bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, destinado à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 2.º –Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no § 1.º, o item II, do art.43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, oriundos da própria entidade.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA PARA o Projeto de Lei n.º 176/84, que declara de utilidade pública a "Obra Social de Paróquia do Divino Espírito Santo, de Ribeirão do Pinhal.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO, que se mantenha a preferência na Votação da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje, do Projeto de Lei n.º 174/84.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 26/84.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Barbosa Ferraz, da Senhora Edite de Narde.

A extinta, esposa do ex-Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, era pessoa das mais estimadas na sociedade local, deixando lacuna irreparável.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada na pessoa do Senhor Sérgio de Narde.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado um voto de congratulações ao escritor paranaense Paulo Mosiman da Silva, pelo lançamento do livro "Dirceu Graeser, a Voz de um Pássaro".

Tal lançamento vem apresentar através desta publicação, palavras de ternura e carinho da vida do jovem idealista que foi Dirceu Graeser, o qual através de suas atitudes e gestos ofereceu exemplo de dignidade às novas gerações de nossa terra, tão carentes de verdadeiros esteios com que orientar suas vidas em nossos conturbados dias.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao autor.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações a Mamborê pela comemoração no dia de hoje, do seu 24.º aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor José A. Giacomelli, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Excelentíssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes naquele Município.

Pela Lei n.º 4.245 o Município de Mamborê foi emancipado política e administrativamente, através do desmembramento de Campo Mourão, no dia 25 de julho de 1960 tendo efetivamente sido instalado no dia 3 de novembro do ano seguinte.

A partir daí, Mamborê passa a ter sua autonomia própria, sendo este o primeiro desafio de sua gente, que não se intimidou, pois, para se chegar a tal condição, foi preciso antes a ação corajosa dos seus pioneiros no desbravamento que deu início ao primeiro marco de progresso. Muitas foram as famílias que lá se estabeleceram, desenvolvendo atividades que vão desde o cultivo do solo, a exploração da madeira até o comércio diversificado.

Como bem se conhece, a década de 60 foi um período marcado pelo desafio dos primeiros habitantes mamborenses, mas, ao mesmo tempo disso, também caracterizou-se por etapas de diversas conquistas, especialmente no que diz respeito às atividades agropastoris, com o cultivo de diversos cereais, assim como a criação de animais de corte e para a produção do leite.

Mamborê conta atualmente como uma população que é um pouco mais de quinze mil moradores, sendo que 7.164 na zona rural e pouco mais de seis mil no perímetro urbano da cidade, (dados de acordo com o Censo, realizado em 1980).

Hoje, como no início, o sustentáculo sócio-econômico do município continua sendo a agropecuária, destacando-se em termos de lavoura, os cultivares de soja, milho, trigo; na pecuária, a formação de grande rebanho de bovinos, e especialmente.

Não poderia, portanto, deixar de solicitar o justo registro nos Anais desta Casa de Leis, da comemoração de mais um aniversário do Município de mamborê, não somente por ser, seguramente, um dos mais importantes da região assim como do Estado do Paraná, mas fundamentalmente pela labuta de sua

gente, herança esta contida no otimismo do seu trabalho, a exemplo dos pioneiros que lá chegaram.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da sessão de hoje, de um voto de congratulações à Igreja Adventista do 7.º Dia pela realização com pleno êxito, em Curitiba, de 07 a 09 do corrente mês, do Congresso Estadual da Juventude Adventista, com a participação de aproximadamente oito mil pessoas.

Durante o conclave foi dado ênfase ao tema "Sorria, Jesus Vem", através de inspiradores cânticos e interpretações musicais, bem como de oportunas e abalizadas mensagens proferidas pelos convidados especiais: Pastor Léo Ranzolin, Líder Mundial da Juventude Adventista, Pastor João Wolf, Presidente dos Adventistas do 7.º Dia na América do Sul, Pastor Assad Bechara, Relações Públicas e Comunicações na mesma área e Pastor Cláudio Belz, Líder da Juventude Adventista em igual extensão territorial.

Requer, ainda, aprovada esta proposição, dê-se ciência por ofício da Casa, da decisão deste Plenário, à Associação Geral da Igreja Adventista do 7.º Dia, com sede em Washington D.C., U.S.A., à Divisão Sul Americana da referida instituição, com sede em Brasília, D.F., à Associação Paranaense da mesma Igreja, com sede em Curitiba e aos informativos "Revista Adventista" e "Comunicador".

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, e após ouvido o Plenário, o Deputado abaixo-assinado REQUER a inserção de um voto de louvor, na Ata da sessão de hoje à Comissão Organizadora do 5.º Congresso Internacional de Odontologia, realizado de 5 a 9 deste mês, na Cidade de Ponta Grossa.

O evento cultural contou com a presença de 1.300 congressistas, sendo que a sessão solene de abertura foi presidida pelo Governador José Richa.

Requer que cópia do presente seja encaminhada ao Dr. Caetano dos Santos Marochi, Presidente da Comissão Organizadora do conclave.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e disposições do Regime Interno, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Doutor FRANCISCO DELIBERADOR NETO, DD. Diretor do Departamento de Trânsito - DETRAN, solicitando-lhe a criação e instalação de uma CIRETRAN na cidade de Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### JUSTIFICATIVA:

A cidade de Wenceslau Braz se constitui no centro de uma microrregião geo-econômica, que abrange entre outros, os municípios de Tomazina, São José da Boa Vista, Santana do Itararé, Salto do Itararé e Siqueira Campos.

Incontestavelmente, é o município da região que apresenta maior movimento econômico. É o maior centro comercializador das safras de feijão, milho e arroz, além de se constituir num dos maiores produtores de tomate.

Inexplicavelmente não conta com uma CIRETRAN, sendo que os proprietários de veículos (o maior número da região), são obrigados a se deslocar para Ibaiti ou Arapoti, fato que gera não apenas demora para obtenção de soluções, como aumenta consideravelmente os gastos obrigatórios.

A implantação de uma CIRETRAN se constitui numa antiga e justa aspiração do povo daquela cidade que confia no dinamismo do Governador José Richa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Nelson Marchesan, Líder do PDS na Câmara Federal, solicitando para que o mesmo desencadeie uma ação vigorosa no sentido de limitar a correção dos aluguéis de imóveis comerciais.

Tal medida viria de encontro às necessidades do empresariado, particularmente o micro, pequeno e médio empresário. Com efeito, a incontrolável inflação que assola o País, dilapidando os meios de pagamento, além de grave situação econômico-financeira, vem gerando as notórias dificuldades por que passam tais empresas, verdadeiro esteio da sociedade, dado o fato de empregarem a maior quantidade de mão-de-obra. Portanto, toda e qualquer iniciativa que busque atenuar tal situação, como a que acima propomos, só virá trazer benefícios ao nosso País.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da PARANATUR - Empresa Paranaense de Turismo, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração no sentido de que sejam realizados estudos visando analisar as reais condições de viabilidade turística das terras Jurema, localizada na Municipalidade de Iretama.

Com o asfaltamento da BR 487, no seu trecho compreendido entre os Municípios de Campo Mourão e Iretama, grande número de veículos passaram a percorrê-la, tendo em vista que a mesma possibilita o encurtamento de distância dos Municípios situados nas regiões em direção a grandes centros do Estado do Paraná assim como do Brasil.

Tal fluxo de carros, tem permitido atualmente

que grande parte de turistas também utilizem rodovia em direção a importantes pontos de visitação pública existentes especialmente neste Estado, e que necessariamente para se chegar até eles, passa-se pela BR 487.

Na região pertencente ao Município de Iretama, existe um local muito freqüentado por diversas pessoas, notadamente as da região de Campo Mourão (que envolve vinte Municípios) para lazer, pois existe próximo a BR 487, a chamada terras de Jurema, que entre outros atrativos, um hotel com amplas instalações; um piscina térmica, imenso bosque utilizando para lazer, margeando um grande rio assim como próximo a uma mina, do qual extrai-se enorme quantidade de água mineral, que é comercializada para inúmeros centros consumidores, cuja marca é muito conhecida: "água Jurema".

Neste sentido, é sabido que a crise que atinge especialmente os Municípios como Iretama, exige dos seus administradores, muita criatividade, austeridade, e acima de tudo competência no trato com a questão pública.

O Prefeito Municipal de Iretama, Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins acredita que uma das formas de trazer algumas divisas para aquela região, se dá exatamente com um verdadeira estruturação no citado ponto turístico, as Terras de Jurema.

Diante das razões ora expostas, espera-se dessa Paranatur e Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, a realização de estudos objetivando avaliar as reais condições de oferecer todo apoio necessário para que as Terras Jurema torne-se um local de visitação dos turistas de todo o Estado, além da própria e imprescindível ampliação da estrutura existente naquele ponto.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Brasil atravessa uma profunda crise econômica que, dia a dia, vem deteriorando o nosso mercado interno. E particularmente grave a situação do empresariado voltando para a lide comercial. A acentuada queda nas vendas, em todos os ramos do comércio, encontra no desemprego, nos baixos salários e na elevada inflação as suas causas maiores.

Reverter tal situação é fundamental, para permitir a retomada do investimento e da atividade produtiva.

É neste contexto que se insere a proposta de isentar do ICM a parcela relativa ao acréscimo sobre as vendas a prazo. Trata-se de medida possível de ser aplicada pelos Estados, bastando para tanto, uma decisão por parte do Conselho de Política Fazendária — CONFAZ. A possibilidade de ocorrer uma queda na arrecadação do Estado tende a ser recuperada não só pela contribuição e o incentivo ao pequeno e médio empresário, como também, pela probabilidade de um aumento real de consumo e demanda de mercadorias.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças no sentido de que o mesmo desenvolva esforços visando a adoção de semelhante medida por parte do CONFAZ, a exemplo do que já decidiu o

nosso Estado vizinho, Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no sentido de que sejam liberados recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual Campina da Lagoa — Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Campina da Lagoa.

Aquele estabelecimento educacional, Colégio Estadual Campina da Lagoa, conta atualmente com cerca de 1.500 estudantes, matriculados regularmente nos três turnos existentes, estes, juntamente com o conjunto do professorado e pais de alunos, ambos representados por sua Associação de Pais e Mestres, estão reivindicando com a máxima urgência a construção de uma quadra esportiva.

Trata-se de uma aspiração antiga dos que integram aquele educandário, que é também apoiada pela Administração Municipal daquela cidade, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Doutor Joaquim Antônio de Lima e do Excelentíssimo Senhor Vereador Jair José de Oliveira (conforme requerimento aprovado em sessão plenária da Câmara Municipal, realizada no último dia 27 de Agosto, neste sentido), ambos associam-se nas preocupações quanto às dificuldades existentes em decorrência da falta de um local apropriado para o desenvolvimento das atividades pertinentes à educação física.

Neste sentido, com base nas justificativas acima enunciadas, aguarda-se dessa Secretaria de Estado da Educação uma resposta que venha de encontro aos interesses daquele Colégio, assim como das autoridades citadas, liberando recursos capazes de permitirem a construção da referida obra.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Diretor Superintendente do IPE — Instituto da Previdência do Estado —, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que, baseando-se em estudos apropriados, determine a regionalização daquele órgão previdenciário, através de sua Coordenadoria já existente na Municipalidade de Campo Mourão, respeitando os limites territoriais que formam a Micro-Região Doze.

Há poucos meses atrás, a comunidade de Campo Mourão assim como de toda região, viu-se concretizar uma antiga reivindicação sua, a criação de uma Coordenadoria Regional do IPE, juntamente com esse evento, a promessa de dora-la de condições totais de atendimento, notadamente no que diz respeito a uma atuação conjunta com as futuras e as já existentes agências dessa instituição da previdência na região.

No entanto, através do presente requerimento,

O Deputado que abaixo subscreve, vem discordar dos critérios até então adotados, ou seja: a área de abrangência da Coordenadoria do IPE de Campo Mourão não corresponde aos municípios integrantes daquela região, ao passo que outros municípios inerentes a outras microrregiões fazem parte da citada Coordenadoria.

Neste sentido, faz-se necessário que o IPE e a Secretaria de Estado da Administração reavalie seus conteúdos programáticos, planejando e executando novas diretrizes, assegurando através destas, incluir todos os vinte municípios da Região de Campo Mourão - COMCAM, também como futuros pertencentes à área de abrangência da mencionada Coordenadoria.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a respeito do que segue; bem como se encaminhe cópia a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e à Cooperativa:

1. Fundamentação legal que justifique a ingerência da Diretoria do Colégio Agrícola Manuel Moreira Pena, de Foz do Iguaçu, nos negócios da Cooperativa Escolar, assim identificados:

a. Justificação ao boicote empreendido pela própria Diretoria contra a venda do mel produzido pelo Colégio, através de comercialização de produto apícola alienígena e a preços menores;

b. Justificação à proibição de circulação de jornal interno da Escola, sob a responsabilidade dos alunos;

Justificação para o aumento do preço das passagens e cessão do ônibus da Escola a terceiros, ferindo os interesses da Cooperativa; e,

d. Justificação para o uso dos recursos da Cooperativa, orientando-os para casos que não eram do interesse da mesma;

2. Esclarecimentos acerca do consumo de combustível gasolina em automóvel particular da Diretora, fazendo-se declarar combustível diesel na respectiva nota fiscal do posto, provavelmente com a intenção de desviar a atenção geral sobre essa destinação, considerando-se que a Escola possui, para uso em serviço, um caminhão e um trator movidos a diesel;

3. Esclarecimentos acerca da autorização dada pela Diretora da Escola a que funcionário da mesma procedesse a mesma adulteração de consumo mencionado no item anterior, a fim de transportar até o Paraguai, pessoas de Curitiba em visita ao Colégio;

4. Esclarecimentos em torno da obrigatoriedade ou não de, respeitando-se a condição de ensino agrícola do Colégio, manter-se ou em sua direção ou em seu corpo de Coordenação, profissionais com formação superior específica à área de ensino, no caso a agrônômica; e,

5. Fundamentação legal que justifique a tomada de posição da Diretora do Colégio, despedindo sumariamente uma professora do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando-se a importância do ensino, especialmente o de nível médio profissionalizante, é preocupante vermos a desestabilização dos aparatos administrativos, docente e discente de um estabelecimento de ensino que tem o porte e a importância do Colégio Agrícola Manuel Moreira Pena, de Foz do Iguaçu.

Segundo denúncias correntes naquela cidade, e que tem sido motivo de reuniões da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, vem acontecendo fatos que levaram a administração do referido educandário ao descrédito perante a comunidade local, em razão de tomadas de posição do Corpo Diretor que contrariam o entendimento obtido de que a unidade escolar deve ser um conjunto coeso, pois só assim serão conseguidos os resultados ótimos esperados.

No contexto dos desacertos, menciona-se como uma das principais, a ingerência da Diretora do Colégio nos assuntos de exclusiva competência da Cooperativa Escolar, que tem como finalidade precípua desenvolver nos alunos a praticidade cooperativista, absorvendo, aquela autoridade, atribuições que por sua natureza e importância levam a um direcionamento de objetivos que não condizem com aqueles propostos originalmente, além de ferir aspectos legais previstos no Estatuto da organização.

Chegou-se até a organizar um boicote a uma determinada iniciativa da Cooperativa, pelo lançamento de ação paralela e idêntica, em condições mais vantajosas aos consumidores, exclusivamente com o intuito de levar aquela ao prejuízo e numa clara demonstração de desentendimento existente entre a Administração e o Corpo Discente.

Por outro lado, é estranhável um Colégio Agrícola não ter em seu Corpo Diretivo ou Coordenador, alguém com formação superior na área agrônômica, mesmo sendo um estabelecimento de nível médio. Outro fato visto com perplexidade é a demissão sumária de uma professora, procedida diretamente pela Diretora do educandário estadual, sem mesmo se reportar à Secretaria a que está afeta.

Finalmente, mais grave que tudo é a evidência do fator corruptor, porquanto foi orientada a extração de notas fiscais de posto de serviços, para declaração de combustível diesel, próprio ao uso do caminhão ou do trator do Colégio, quando, na verdade, foi consumido combustível gasolina para abastecimento do tanque de automóvel particular da Diretora. Tal fato ocorreu por duas vezes, segundo se conhece sendo que numa delas, visitantes do Colégio, oriundos de Curitiba, foram a passeio ao Paraguai.

É muito importante que tais fatos sejam esclarecimentos precisamente, pois só assim, se terá condições de manter em elevado grau a credibilidade da população para com a administração pública, bem como proporcionará o ambiente estável e de cordialidade que tanto faz bem a um estabelecimento de ensino.

Como complemento documental, segue em apenso:

- DOCUMENTO Nº 1: Convocação da Diretora do Colégio Agrícola Manuel Moreira Pena, pela Comissão da Câmara;
- DOCUMENTO Nº 2: Comunicação da Diretora do mesmo Colégio à referida Comissão, de não comparecimento;
- DOCUMENTO Nº 3: Ata da Cooperativa dos Alunos do mesmo Colégio, de nº 04/84;
- DOCUMENTO Nº 4: Carta da Professora Cylmara Rolan Wandscheer, denunciando o caso;
- DOCUMENTO Nº 5: Ofício da Diretora do mencionado Colégio, dispensando a referida professora;
- DOCUMENTO Nº 6: Cópias de notas fiscais de posto de abastecimento de combustível;
- DOCUMENTO Nº 7: Sugestão de roteiro de questionamento questionamento à Diretora; e,
- DOCUMENTO Nº 8: Ata nº 06/84, da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Projeto de lei:

PROJETO DE LEI Nº 218/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1984.

(a) MARCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem se destacando junto à comunidade parnanguara, e do Estado em defesa dos direitos dos excepcionais, em particular o do Município de Paranaguá.

As suas atividades, conforme relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação estadual, pertinente à matéria.

Com isso, esperamos contar com a aprovação e apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa intenção ao ocupar a palavra nesta tarde, é no sentido de, reforçando, digo, refletindo o pensamento de Vereadores da Bancada do PMDB de Londrina, realçar a importância que vem sendo dada

àquela Casa Legislativa, para os trabalhos da Comissão que vem apurando as dívidas do Município de Londrina.

A Câmara de Vereadores de Londrina, passa também, a exemplo do Poder Legislativo Estadual, por uma fase de renovação e de esforço no sentido de cumprir com o seu papel.

Essa Comissão, instalada no início deste ano, que vem desenvolvendo o seu trabalho com o mais perfeito espírito de fiscalização do Executivo, das gestões administrativas do Município de Londrina, já teve oportunidade de ouvir, em várias audiências, em várias sessões, administradores, Secretários da atual Administração e julgou conveniente fazer o convite ao nobre Colega desta Casa, Deputado Antônio Belinati, para que comparecesse e, segundo o que nos foi relatado, diante do entendimento anterior, para que, na sessão de amanhã, previamente marcada para o dia 11, houvesse a oportunidade de, diante dos dados levantados pela Comissão, que o nobre Colega Deputado Antônio Belinati, ex-Prefeito do Município de Londrina, com quem tive a honra inclusive de trabalhar durante os seus primeiros três anos, participasse e desse o seu parecer sobre a realidade da dívida de Londrina hoje.

Nós temos os documentos em mãos que nos foram fornecidos e que como o Deputado Adhail Passos recentemente já trouxe ao conhecimento da Casa e do Paraná, de uma correspondência do Prefeito Wilson Moreira, mostrando as cifras astronômicas do endividamento que o Município de Londrina hoje enfrenta.

Nós temos, por outro lado, informações a respeito das origens da dívida em que fica evidenciada a participação ou a responsabilidade nesse endividamento, da gestão 77/82, cerca de 70 por cento do endividamento que em 31 de janeiro representava 97 milhões e 550 mil cruzeiros, representados por dívidas contraídas nesse período de 77/82. Também estão contabilizados os endividamentos dos períodos anteriores.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que da mesma forma como a participação e a presença nas Comissões de trabalho desta Assembléia Legislativa engrandece e facilita o trabalho por nós desenvolvido, muito importante se torna também a presença de todos aqueles, como é o caso do ex-Prefeito Antônio Belinati, na sessão que amanhã se realiza na Câmara de Vereadores naquele município.

Essa era a nossa participação inicialmente na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em razão do pronunciamento do ilustre Deputado Márcio Almeida, eu devo prestar um esclarecimento à Casa.

Fui convidado por um Vereador do PMDB —



Sr. Tadeu Felisbino — para prestar esclarecimentos perante uma Comissão formada na Câmara Municipal de Londrina, que está fazendo um levantamento das dívidas e das obras paralisadas no Município de Londrina.

Inicialmente, aceitei o convite, mas já numa viagem a Brasília, da Capital da República, telegrafei a esse Vereador pedindo cancelamento da minha ida a essa Comissão da Câmara Municipal no dia de amanhã e sugerindo que inicialmente seja tomado o depoimento do cidadão José Richa que, na condição de Prefeito de Londrina, me antecedeu naquele cargo.

Durante a cerimônia de transmissão de cargo de Richa para mim, o cidadão José Richa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entregou-me, publicamente, uma moeda de cinquenta centavos que era todo o dinheiro que a Prefeitura de Londrina tinha em caixa no dia primeiro de fevereiro de 1977, dia da minha posse como Prefeito de Londrina. E mais, Richa deixava como herança uma dívida junto ao BNH, até o Ano 2002 e por ironia do destino, o Secretário de Obras de Richa, o maior responsável pelas dívidas que Richa contraiu, era o seu Secretário de Obras, Engenheiro Wilson Moreira, hoje o atual prefeito de Londrina.

Diante dessa colocação, eu entendi que em primeiro a Câmara Municipal de Londrina tem que tomar o depoimento de José Richa. Até porque ele foi Prefeito antes que eu. Não teria sentido eu primeiro prestar depoimento para posteriormente ser chamado aquele que me antecedeu no cargo de Prefeito de Londrina.

E mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao invés de ficar fazendo como o atual Prefeito de Londrina, que fica o dia inteiro com a maquininha calculando a dívida de Londrina até a dívida do futuro, ao invés de se acomodar, mesmo herdando a maior dívida da história do Paraná, a dívida de Londrina - como Prefeito, eu não desanimei. Fui atrás das autoridades buscar recursos para construir casas. Foi o maior volume de casas construídas no Sul do País na minha gestão. Posto de Saúde não tinha nenhum na Prefeitura de Londrina; construiu-se 30 Postos de Saúde com o trabalho muito importante e magnífico do Dr. Márcio Almeida.

Construímos mais creches do que todos os outros prefeitos anteriores juntos. Fizemos mais asfalto do que todos os outros Prefeitos de Londrina juntos. Mais escolas, desde o primeiro Prefeito até Richa, nós fizemos mais escolas do que todos eles juntos.

Levamos água para as favelas. Não cobramos imposto de pobre, abrimos a Prefeitura para todos, numa audiência pública coletiva diária.

Nós tivemos a felicidade de implantar o calçadão no centro da cidade, concluir as obras deixadas por Richa, como o prédio da Câmara Municipal, o prédio da Prefeitura Municipal. Pudemos também retirar o trem que dividia Londrina ao meio. Pudemos sanear a área da Vila Mattos, que era uma área totalmente deteriorada e com um projeto de Oscar Niemayer,

implantamos ali e iniciamos a construção do terminal rodoviário, que será um dos mais modernos.

Portanto, Sr. Presidente, em respeito à própria Câmara Municipal, eu irei com o maior prazer prestar todos os esclarecimentos sobre o endividamento de Londrina, feito inclusive pelo atual Prefeito. E ainda hoje estamos pedindo informações ao Governador José Richa, sobre o total dos recursos destinados ao Município de Londrina(?) e nós iremos depois que Richa comparecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A razão que nos traz à tribuna nesta tarde, é de vital importância ao Estado do Paraná: envolve diretamente os interesses neste Estado, tido e visto perante os olhos da Nação como um Estado agrícola.

É sem dúvida alguma uma tese para a qual gostaríamos de contar com a participação no debate de todos os Srs. Deputados com assento nesta Casa, da comunidade paranaense, da imprensa paranaense, dos segmentos da sociedade de nosso Estado, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ameaça que paira, hoje, sobre o Estado do Paraná, Estado essencialmente agrícola, é das mais graves, fazendo com que o seu solo de fertilidade ímpar na Nação esteja ameaçado em transformar-se num grande lago para gerar energia ao território brasileiro. Se nós permitirmos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o seguimento do plano de eletrificação rural do Estado do Paraná, nós que hoje ostentamos o orgulho de sermos nesta Nação um Estado de produtividade agrícola, passaremos, em futuro muito próximo, a sermos um Estado de concentração dos maiores lagos, das maiores represas, em detrimento à riqueza, à pujança e à fertilidade de nosso solo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Ministro das Minas e Energia, César Cals, em sua última passagem por esta Capital, participou do programa "Compromisso com a Verdade", da TV Iguaçu e, na oportunidade, a sua principal colocação foi a de que o Governo Federal pode parar o Projeto de instalação da Ilha Grande, se a sociedade paranaense rejeitar a obra. As afirmações de César Cals de que existiria possibilidade de suspensão do Projeto de Ilha Grande em razão da preocupação dos paranaenses pelos efeitos ecológicos da obra e pelo alagamento de grandes extensões de terras provocaram uma perplexidade em todo o Paraná.

A Usina de Ilha Grande no Rio Paraná tem pronta toda infra-estrutura de apoio à construção da obra: a ELETROSUL já construiu cerca de duas centenas de casas para abrigar os primeiros contingentes de trabalhadores; também as ensecadeiras de barragens; os acessos rodoviários e a estrutura administrativa já estão instalados; ainda a concorrência pública para empreiteiras já está anunciada.

Carece, portanto, de veracidade a afirmação do Ministro das Minas e Energia, que por desinformação sobre o atual ritmo das obras, ou simplesmente como forma de iludir a opinião pública que nem enquanto aguarda não reivindica, e quando pensar em fazê-lo, já será tarde demais.

A Usina de Ilha Grande no Rio Paraná é irreversível, também irreversível é novamente a perda do Estado do Paraná de terras férteis e em produção, mas também desta vez irreversível a determinação do povo deste Estado em exigir compensações razoáveis do Governo Federal.

Queremos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer uma avaliação do potencial econômico da área a ser inundada pelo reservatório de Ilha Grande.

O aproveitamento hidroelétrico de Ilha Grande que se situa no Rio Paraná, na divisa dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, está sob a responsabilidade da ELETROSUL, concessionária da ELETROBRÁS.

Pretende-se iniciar ainda neste ano a construção da barragem e da usina com uma capacidade instalada de dois mil megawatts e com a primeira máquina prevista para funcionar em 1993.

O reservatório previsto para a cota máxima de 240 metros inundará uma área de 5.140km<sup>2</sup>, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 5.140km<sup>2</sup>, o Estado do Paraná perderá então 139.510 hectares de terras férteis e o Estado do Mato Grosso do Sul, 376.660 hectares de terras da melhor fertilidade.

Além disso também serão perdidos 137.600 hectares de área do leito do Rio Paraná nos dois Estados.

A maior parte dessas terras é constituída de solos aluvionares de boa fertilidade, embora haja um excesso de umidade, as terras são planas, portanto livres de erosão e mediante trabalho de drenagem e construção de diques de proteção, pode ser ideal para o cultivo de arroz irrigado, mesmo as ilhas se devidamente protegidas por diques, porque poderiam gerar excelente produção.

Admitindo-se que o aproveitamento de apenas 300 mil hectares desta área a ser inundada, numa produtividade de 5.000 quilos por hectare, que é a produtividade média do Rio Grande do Sul, teríamos uma produção de um milhão e quinhentas mil toneladas ano de arroz.

Essa produção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, valeria os preços atuais de custo de 400 cruzeiros o quilo, 600 bilhões e renderia para os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, 90 bilhões de ICM anualmente.

Se por outro lado, admitirmos um plano agrícola de aproveitamento intensivo de mão-de-obra, podemos admitir que cada 10 hectares, geraria emprego para uma família e teríamos assim a possibilidade de fixar três mil famílias de colonos nesses campos a serem inundados, pela Usina de Ilha Grande.

Num Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que passa a viver o problema do desemprego, do êxodo rural, que passa a viver o problema do bóia-fria, que passa a viver o problema do sem-terra, que não tem mais espaço agricultável para poder assentar as

famílias de origem agrícola, de vocação agrícola para produzir, é inadmissível que pensando unicamente na geração de energia, venhamos desperdiçar área correspondente ao aproveitamento para reassentamento de 30 mil famílias de trabalhadores, gerando produção, gerando arrecadação para o Estado do Paraná e para o Estado do Mato Grosso, contribuindo assim para gerar o produto agrícola necessário a divisas brasileiras, para fazer frente às suas necessidades econômicas do momento.

Quais foram as propostas da ELETROSUL, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Visando iniciar o mais breve possível a construção da Usina, a equipe da ELETROSUL vem desenvolvendo uma hábil política de anestesiamento da opinião pública de nosso Estado, exaltando os benefícios que advirão de Ilha Grande.

Com esse trabalho, a ELETROSUL já conseguiu as ilhas, sem pagar um centavo sequer, de indenização aos ilhéus, ganhando com isso, 74 mil hectares de terras.

Eu chamo a atenção novamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 74 mil hectares de terras situadas em ilhas do Rio Paraná, foram conseguidas pela ELETROSUL, sem pagar um centavo para os ilhéus. E enquanto isso, a comunidade paranaense e principalmente a comunidade política desse Estado se cala nada diz, e vê roubado o território de nosso chão, sem nada dizer; sem levantar a voz, impassível quanto ao prejuízo que se traz a um território de índole agrícola.

Em junho deste ano veio a público um material da ELETROSUL denominado: "Estudo para antecipação da travessia rodoviária do Paraná", no qual propõe antecipar o início das obras de desvio da ponte de serviço, cedendo essa ponte para permitir a ligação rodoviária entre os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Cabe aqui avaliar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quanto custaria tal ponte aos Estados, supondo não existir Ilha Grande; uma ponte, com dois quilômetros e meio de extensão, ao preço de hoje, de 6 milhões por metro, custaria 15 bilhões de cruzeiros. 15 bilhões de cruzeiros é o preço da ponte ligando Guaíra ao Mato Grosso do Sul. Aceitando, portanto, sem maiores reivindicações a proposta da ELETROSUL, estaríamos trocando, como já foi aqui demonstrado, um potencial de arrecadação anual de 90 bilhões de cruzeiros por uma ponte de 15 bilhões. Ou seja, apenas a receita perdida de ICM, daria para construir 6 pontes por ano; quando a ELETROSUL num processo de calar a voz da população do Paraná e do Mato Grosso, procura mostrar as vantagens para esse Estado, construindo uma Usina de 15 bilhões de cruzeiros. Como se nós pudéssemos arrecadar seis pontes iguais a essa, por ano, apenas com ICM que poderia nos render a produção dessa área agrícola, que será inundada pela barragem.

E, em troca, a ELETROSUL anteciparia a obra, construindo as ensecadeiras e encomendando os equipamentos, tornando irreversível o empreendimento, bem como perdidas as nossas possibilidades de reivindicar ao Governo Federal, reais compensações pelo imenso potencial agrícola

e social perdido. Já em trabalho anterior de novembro de 1983, denominado de Ilha Grande, um aproveitamento de múltiplas perspectivas, a ELETROSUL procura convencer a todos os paranaenses, apresentando Ilha Grande, como pólo central de todo sistema viário regional.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Só concluindo, o que nada tem de realidade, pois se não existisse Ilha Grande, há mais de 10 anos, a programação da Usina, hoje, certamente, já teríamos pontes construídas e um desenvolvimento agrícola apreciável na região. Que desde 1974, espera a inundação de suas terras e onde naturalmente, todos deixam de pensar em investir. Concedo o aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero apenas ressaltar o seguinte: Costumamos ouvir críticas sobre a intenção da COPEL em construir Salto Segredo; e é estranhável, que tais críticas não tenham se levantado contra a pretensão da ELETROSUL que vem naquela mesma linha de, digamos assim, espoliação sobre o Estado do Paraná, porque, se merece crítica o empreendimento da COPEL em Salto Segredo, este é um empreendimento do Paraná, para o Paraná, para proveito do Paraná.

Todavia, a Usina de Ilha Grande, pela Eletrosul, para a ELETROSUL, não para o Paraná e as vozes que se levantam na crítica contra Salto Segredo, não tenha sido levantado contra Ilha Grande.

Então apenas para me incorporar na afirmativa de Vossa Excelência da necessidade de realmente nós paranaenses sermos coerentes nas nossas posições e repensarmos nos interesses do Estado Federado do Paraná. Porque, Ilha Grande será mais uma Usina que vai atender o interesse nacional e não do Paraná. Vai inundar terras férteis, vai retirar a autonomia da COPEL de ser uma grande geradora de energia e, segundo lugar, a própria direção das obras, vai fazer com que, empreiteiras, não do Paraná, como comumente tem acontecido na construção de grandes usinas, acabam elevando a obra, gerando empregos, sempre em detrimento dos interesses paranaenses.

Então Vossa Excelência aborda um assunto muito importante, numa hora muito oportuna e que nós paranaenses devemos estar conscientes de que se nos omitirmos e silenciarmos agora, mais uma vez os interesses do Paraná serão relegados em segundo plano.

Por isso tem procedimento e oportunidade o pronunciamento de Vossa Excelência porque ele coloca exatamente essa visão paranista de que o que a ELETROSUL está oferecendo na verdade não representa nada em comparação com o muito que o Paraná pode perder.

Então, me congratulo com Vossa Excelência

que coloca numa hora oportuna e apropriada um pronunciamento que já se fazia sentir nesta Assembléia.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Nilso Sguarezi, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e, talvez, o que leva ofensiva contra Salto Segredo seja a própria pujança da COPEL. Talvez, o que leva a ofensiva contra Salto Segredo quando os Senhores Deputados, eu vou trazer esses dados gráficos aqui nesta Casa num futuro pronunciamento porque isso é grave. Entre usinas construídas, usinas em construção até 1985, usinas previstas no Estado do Paraná, 52 usinas estão para serem construídas em rios paranaenses; 52 usinas hidrelétricas. E dessas 90% pela ELETROSUL. Este Estado vai virar num lago. Vai deixar de ser o celeiro do Brasil em produção para ser um grande lago aonde geraremos energia elétrica para o Brasil, sem recebermos nada em contrapartida como nada recebemos até hoje com a construção da Itaipu, esta grande obra, a maior usina do mundo geradora dos maiores problemas sociais que o Paraná está vivendo.

Qual seria a nossa proposta Senhor Presidente e Senhores Deputados. Estamos procurando predimensionar os prejuízos potenciais que os Estado do Paraná e Mato Grosso do Sul poderão e irão sofrer devido o aproveitamento de Ilha Grande.

Este prejuízo potencial precisa ser minuciosamente avaliado para que possamos reivindicar junto ao Governo Federal compensações adequadas se não pudermos retardar ou cancelar esta obra.

Da mesma forma, soluções técnicas, alternativas precisam ser propostas à ELETROSUL, visando salvar a maior parte possível de terras agricultáveis do Estado paranaense.

Com esta finalidade, sugerimos os seguintes procedimentos imediatos: primeiro - a criação de um grupo de trabalho designado pelo Senhor Governador e indicado por esta Assembléia para estudar em detalhes as implicações da construção de Ilha Grande; segundo - proposta ao Governo do Mato Grosso do Sul, de participação nesse estudo, como forma de, juntos, reivindicarmos do Governo Federal melhores compensações; terceiro - estudo de possibilidade técnica, de modificar o aproveitamento de Ilha Grande, mediante a construção de duas usinas, reduzindo a lâmina de água, e permitindo a construção de diques de pequena altura, de modo a aproveitar, pelo menos, 70% da área que seria salva para utilização agrícola, sem prejuízo para a geração de energia e para navegação fluvial.

Eu me detenho neste ponto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque essa polêmica foi levantada quando da construção de ITAIPU. Os dados técnicos nos mostram, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Usina de ITAIPU não precisaria ser construída nos moldes que foi; pequenas usinas gerariam a mesma energia, e não teríamos o alagamento de áreas férteis, pois aí está, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aí estão os segmentos paranaenses, uma nova usina a ser construída, quando dados técnicos existem,

mostrando que o assoreamento da Usina de Itaipu poderá ser detido com a construção de duas pequenas usinas; que o volume de geração de energia poderá ser o mesmo; que a navegação do Estado do Paraná poderá ser a mesma e poderemos reduzir em 70% o desperdício de terras férteis, de geração de riqueza do Estado paranaense.

Então, porque insistir numa lâmina de 20 metros, quando dados técnicos existem, mostrando ser desnecessário? Nós poderemos atingir o mesmo objetivo, sem precisarmos consumir terras que o brasileiro precisa para produzir.

E a nossa quarta proposta, Senhor Presidente e Senhores Deputados: é exigir do Governo Federal, compensações razoáveis pela cessão de território paranaense para construção de usinas; se irreversível for Ilha Grande. Se não pudermos suspender pelos segmentos paranaenses ativos combatendo a idéia, que se construa Ilha Grande, se ela for necessária, num projeto técnico para a nossa Nação.

Mas, o Paraná não pode perder, Senhor Presidente e Senhores Deputados, como está perdendo até agora, pelas usinas que já cedeu, e aqui eu me permito discordar de muitos; não adianta a hipótese de energia "a custo zero", que não funciona, como a prova está que não funcionou; não adianta pedidos hipotéticos que não são postos em realidade.

O Paraná precisa cobrar concretamente, e o momento político é concreto para cobrança. Nós precisamos exigir compensações concretas para o desenvolvimento do nosso Estado, se tivermos que ceder terras que gerariam 90 bilhões de cruzeiros, por ano, por safra, de ICM para o Estado paranaense.

E aí a nossa exigência como idéia, para ser avaliada e discutida; exigir do Governo Federal a construção de Ferrovia da Soja, de modo a unir o Porto de Paranaguá, com Dourados, no Mato Grosso do Sul, por uma ferrovia cuja construção seria prioritária ao aproveitamento de Ilha Grande.

Por que a Ferrovia da Soja, Senhor Presidente e Senhores Deputados?

A Ferrovia da Soja, cuja execução está programada desde a conclusão da Ferrovia Central do Paraná, unirá Guarapuava, Cascavel e Guaíra, ultrapassando o Rio Paraná e atingindo Dourados no Mato Grosso do Sul. É uma ligação férrea de extraordinária importância para o transporte de grãos da região, e ligaria todo o nosso Estado e suas regiões produtoras ao Porto de Paranaguá, fortalecendo a nossa economia portuária e afastando a hipótese do Paraguai desviar sua produção de Paranaguá e optar pelos Portos de Santos e Rio Grande do Sul que hoje lhe oferece melhores possibilidades de transportes.

A Ferrovia da Soja está profundamente ligada a nós podermos manter viável, definitivamente o Porto de Paranaguá para o Estado paranaense. Essa ferrovia é direito do Paraná, já que tem, há muito tempo, créditos junto ao Governo Federal.

Já perdemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, 800 Km<sup>2</sup> de terras, com Itaipu, vamos perder 1.200 Km<sup>2</sup> com a construção de Ilha Grande. Mil e duzentos quilômetros quadrados Senhor Presidente

e Senhores Deputados, com a construção de Ilha Grande.

E no caso desta usina, todo vale do Ivaí será atingido, reeditando a perda de terras produtivas e as tensões sociais, consequentes do alagamento. Permito aparte ao Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara - Deputado Caíto Quintana:

seu pronunciamento reveste-se do que há mais de importante momento, em termos do Estado do Paraná. Quando Vossa Excelência no seu discurso, fala sobre a Ferrovia da Soja, fala muito oportunamente, isto porque existe um trabalho a nível nacional com o objetivo único e exclusivo de economizar combustível, trabalho este liderado pela SUNAMAM, e está a cargo do Diretor da Navegação do Interior, engenheiro Nilton Figueiredo. A grande preocupação da SUNAMAM é economizar combustível, portanto, eles estão incentivando o nosso Estado do Paraná, além do que estão fazendo com o Estado de São Paulo, a fim de viabilizarmos a delegação rododidro-ferroviária. A solução definitiva, mais correta, mais justa mais objetiva, seria a Ferrovia da Soja. Portanto, muito embora o custo deva ser elevadíssimo compensa, ela terá retorno. Porque se a nossa grande preocupação é economizar combustível nada mais objetivo, mais concreto, mais ideal para o Paraná do que conseguirmos a conclusão da Ferrovia da Soja que foi paralisada por determinação de Cloraldino Severo, Ministro dos Transportes, que entendeu que não tínhamos recursos para tanto. Esse seu discurso, no que tange à Ferrovia da Soja é alguma coisa que deve ser abraçado, e que distante de partidos políticos porque eu vejo que seria a redenção do Paraná, um Estado eminentemente agrícola se nós pudermos ter esse sonho acalentado há muito tempo que é Ferrovia da Soja. Meus cumprimentos a Vossa Excelência por este seu pronunciamento. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço Deputado Nelson Buffara, principalmente por ser. Vossa Excelência um Deputado do PDS. Porque não tem esse Deputado a pretensão de que seja a bandeira de nenhum partido, mas que seja a bandeira de todos nós paranaenses a defesa intransigente do nosso Estado.

E repito aqui se tivermos que ceder, numa visão brasileira, territórios de nosso Estado para geração de energia elétrica, também precisamos de cabeça erguida, como paranaenses, defender os interesses do nosso Estado nas compensações por aquilo que cedermos ao desenvolvimento da União.

Mais uma vez, o Governo Federal vai penalizar os paranaenses, e nosso Estado não pode ficar sem um retorno que compense nossa economia. A Ferrovia da Soja, portanto, não será para o Paraná um prêmio, mas apenas uma compensação e o Governo Federal deve iniciá-la sem demora. Estudos desenvolvidos no Paraná e no Mato Grosso do Sul demonstram a necessidade de um corredor de alimentos que desemboque em Paranaguá. Tais estudos indicam que já em 1985,

mais de 16 milhões de toneladas de produtos agrícolas serão produzidos pelos dois Estados, além de milhares de cabeças bovinas e suínas a serem transportadas . . .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado, e concedo-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Nilso Sguarezi - Nós concedemos o tempo ao Deputado Caíto Quintana que se torna necessário para que ele conclua seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Vossa Excelência continua com a palavra no horário destinado à Liderança do PMDB, por 30 minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI - . . . 15, Senhor presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Ainda a Ferrovia traçada prioritariamente para escoar a produção agrícola, também será útil para as reservas de minério de Mato Grosso do Sul, estimadas só em manganês, em 81 milhões de toneladas, sem falar nos 10 bilhões de toneladas de minério de ferro, e nos milhões de toneladas de calcário: talco e cimento paranaense. Também, há um consenso universal, de que o transporte sobre trilhos é único meio capacitado a atender de forma econômica, a transferência de grandes volumes de carga homogênea das zonas produtoras aos portos de embarque e aos grandes centros consumidores. Para se desenvolver, nenhum Estado e nenhum País pode prescindir de um eficiente sistema de transporte rodoviário e ferroviário.

O PMDB sempre defendeu a ferrovia. O PMDB está consciente de que as bases do desenvolvimento energético estão em vias de escoamento. Nesse sentido, nosso partido considera prioritária a implantação, a implementação de uma política de energia, que libere o País de sua dependência em relação ao petróleo. Acreditamos que é necessário mudar a estrutura dos transportes nacionais, privilegiando o transporte coletivo, em detrimento do individual, e o transporte rodoviário, fluvial e marítimo, em relação ao rodoviário. A ferrovia como meio de transporte é opção das mais inteligentes, puramente econômica. A Ferrovia da Soja é opção política, já que sua necessidade e prioridade econômica são fatos incontestes.

Basta apenas que tenhamos uma decisão política do governo federal, para que as obras da Ferrovia da Soja comecem imediatamente. Recursos existem, todos sabemos, porque nós próprios os geramos.

Representantes do povo do Paraná, conclamamos desta tribuna a todos os segmentos da sociedade paranaense, para que cerrem fileiras em torno desta bandeira paranista: a Ferrovia da Soja é um direito do Paraná, e direito não deve ser reclamado, deve ser exigido.

Juntos, portanto, vamos exigir a construção da Ferrovia da Soja. Juntos vamos defender o interesse do Paraná. Juntos vamos deixar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de aceitar imposições que venham

em detrimento do crescimento do nosso Estado. Juntos vamos pensar, como homens paranaenses, como responsáveis por esse Estado, que basta de cedermos espaços, de cedermos riquezas, de concordarmos com a espoliação de nossa terra, sem levantarmos a nossa voz. Urge que, numa grande marcha, nós todos, paranaenses de todos os partidos, em todos os segmentos, cobertos pela nossa própria imprensa, venhamos a dar destaque nacional às reivindicações paranaenses que visem o seu fortalecimento, porque se nós aceitarmos, Senhores Deputados, Senhor Presidente, a espoliação que os Estados do Sul têm sofrido, que o Paraná, mais especificamente, tem tido, principalmente, no que diz respeito a hidrelétrica. Nós então, iremos ter o dissabor de ver esse contingente de trabalhadores agrícolas que enobrecem esta Nação brasileira, gerando recursos para a sua exportação, transformados em meros pescadores no grande lago em que haverá de se transformar o Paraná, se essa política, insana de hidrelétricas, indiscriminadamente, continuar acontecendo.

Por isto, nós voltaremos ao assunto, por isto nós desta tribuna, faremos nos próximos dias, um pronunciamento para revelar uma atuação ímpar, inacreditável, imperdoável, que está sendo cometida no Município de Capanema, onde mais de 15 anos, aquelas comunidades da fronteira lutam pelo revestimento asfáltico de uma estrada que já existe, no meio do Parque Nacional, e o IBDF há 15 anos nega o direito dos municípios da fronteira, de poder revestirem a estrada que liga o Oeste ao Sudoeste; no entanto, pasmem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a ELETROSUL está para construir, no Salto Capanema, no Município de Capanema, uma usina hidrelétrica que vai alagar o Parque Nacional do Iguaçu! E, contra isto, ninguém diz nada! E o próprio IBDF não diz nada! Quando nega o direito de asfaltamento de uma estrada que já existe, permite que se construa uma hidrelétrica que vai alagar grande parte de uma das únicas reservas florestais que o Estado do Paraná possui.

E assiste, sem nada dizer!

Este assunto voltará a ser abordado, desta tribuna, e nós gostaríamos que as bancadas com assento nesta Casa, da mais alta Corte Parlamentar do Estado do Paraná, somassem suas vozes para esta reivindicação paranista.

Não venhamos a ceder os espaços de terra que temos, de graça, para a espoliação do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, se fará uso do restante do horário que lhe é destinado.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDS, no mesmo sentido.

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Desejo provar, hoje, com números baseados na própria palavra do Senhor Governador do Estado, o processo de discriminação que está ocorrendo no regime peemedebista no Estado do Paraná.

(Lê):

"O processo de manipulação na transferência de recursos financeiros do Estado aos municípios paranaenses, revela a radicalização a que foi conduzida a administração pública estadual, por iniciativa do Governador José Richa, esquecido que está de que a pressão imposta sobre os Prefeitos do PDS é uma afirmação de intolerância, política - a pior das formas de combater idéias, especialmente porque quando aplicada em assuntos públicos se transforma numa inimiga mortal, numa brutal agressão contra interesses legítimos das populações que habitam cidades cujos executivos são geridos por homens que a preferência popular nas urnas elevou à digna posição de opositores àqueles que, embora mandatários do povo, ao encastelarem-se no poder, esquecem-se da grande missão que lhes foi delegada e se transformam em poderosos agentes, não da boa administração e sim de mesquinhos interesses partidários interesses que não são do povo paranaense, mas apenas dos correligionários de Sua Excelência, o Governador.

Em assim sendo, Richa passou a chefiar um governo discricionário.

Não importa ao Governador que milhares de paranaenses residentes em 44.5% do total de nossos municípios, estejam constatando que os governos locais estão sendo esbulhados dos recursos indispensáveis para promover o bem-estar de suas populações e impulsionar o desenvolvimento dessas cidades.

O que importa ao Governador Richa é discricionar os adversários do seu partido, mesmo que esse procedimento venha em prejuízo de 1 milhão e 800 mil paranaenses que estão sendo massacrados pelo regime do PMDB nas suas aspirações de progresso e novas conquistas sociais.

Esses paranaenses são vítimas do ódio que está a perseguir 138 prefeitos dignos, honrados e trabalhadores, empenhados em construir a grandeza de seus municípios e o progresso de suas populações e que são as vítimas principais . . .

O Sr. Roberto Requião - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Concedo.

O Sr. Roberto Requião - Deputado, eu estou preocupado, de há muito, com essas denúncias de discriminação, de Prefeitos do PDS, feitas da tribuna desta Assembléia. Realmente, discriminação não existe.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência quer esclarecer melhor, porque Vossa Excelência construiu uma frase confusa que eu não posso entender.

O Sr. Roberto Requião - Exatamente. Eu irei ao nível

do Deputado para esclarecimentos. Eu estou preocupado com esta síndrome que está sendo criada e que não corresponde à realidade, sobre discriminação, por parte do PMDB contra políticos do PDS. Essa síndrome repetida exaustivamente desta tribuna, irá em determinado momento, tomar foros de verdade e a minha preocupação se lastreia fundamentalmente no fato de que 20 Prefeitos do PDS, assustados com a repetição desta história de perseguição política, querem entrar no PMDB agora e se os Deputados do PDS continuam insistindo nessa tese, batendo nesta inverdade, o PDS vai acabar, porque, nós vamos ter que incorporar a totalidade dos seus prefeitos, apavorados com o perigo da discriminação.

Portanto, ilustre Líder do "extinto" PDS, nós em nome dos princípios democráticos de pluralidade partidária, de diversidade política, devemos preservar o PDS e não insistir mais. É o apelo que faço a Vossa Excelência nesta lenda da discriminação política que o Governador José Richa faria para com os Prefeitos e políticos do PDS, sob pena da Vossa Excelência acabar falando como líder, dessa tribuna, de um partido que deixou de existir.

Muito obrigado, Ilustre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Respondo à preocupação do companheiro de Sarney, respondo à preocupação do companheiro daqueles que surraram homens na época mais difícil da repressão.

Respondo ao homem que ontem dizia que o Colégio Eleitoral é espúrio, respondo ao homem que ontem dizia uma coisa e hoje tem um comportamento diferente.

A sua preocupação, eminente Deputado, existe quando se trata de problema de recursos do PMDB, porque quando se trata de recursos do Governo Federal, Vossa Excelência não tem a mesma preocupação.

Talvez Vossa Excelência já esteja dominando hoje pelo espírito do caciquismo eleitoral de Antônio Carlos Magalhães; do caciquismo de José Sarney; do caciquismo dos grileiros de terra que deram ao seu Governador, ao Governador José Richa e ao Secretário da Indústria e do Comércio, quarenta e quatro mil hectares de terra do Maranhão para fazer lá um latifúndio, latifúndio este que está sendo usado pelos seus companheiros do PMDB para desviar recursos do Governo Federal, de crédito agrícola, de tal sorte, que possam financiar a compra de aviões para a campanha peemedebista de 1984.

Gostaria de concluir o discurso com dados e com números, dados e números oficiais Senhor Presidente, trazidos a esta Casa exatamente pelo Governador "duas faces" que nós temos no Palácio. Pelo Governador que diz em Brasília que não há discriminação e que depois, em resposta a um pedido de informações formulados por este Plenário, por intermédio do eminente Deputado Werner Wanderer, através de números - irresponsáveis - demonstra que ao se encastelar no Poder, José Richa está e discriminando não apenas os Prefeitos Municipais. Porque esta é uma visão simplória daqueles que não estão preparados para o exercício do mandato parlamentar, mas, mais do



que isto, estão discriminando 1 milhão e 800 mil brasileiros do Paraná que residem em quase que a metade deste território. E, estes sim, estão sendo discriminados nos seus desejos de progresso, de obras em favor da população daqueles municípios.

Estes paranaenses são vítimas do ódio que está a perseguir 1 milhão e 800 mil paranaenses. Estes homens, prefeitos municipais, honrados e trabalhadores, empenhados em construir a grandeza de seus municípios e o progresso de suas populações e que são as vítimas principais da discriminação do regime peemedebista, e o alvo das investidas de aliciamento para que se transformem em trãnsfugas que venham a engrossar o imbróguo partidário que se converteu o PMDB. Refúgio do interesse dos banqueiros gananciosos, dos grandes proprietários de terra, dos massacrados de índios, dos agentes do capital internacional que não vêm para ajudar, para colaborar, mas sim para sugar o suor do trabalhador paranaense roubado em todo seu enorme esforço, em meio a grandes dificuldades econômicas. Como o pagamento das comissões aos agentes do capitalismo de arribação escravagista.

Um milhão e oitocentos mil paranaenses vítimas da intolerância política que quer aniquilar os que lhe são contrários; da vindita partidária que não tolera oposição. São vítimas dos revanchistas perseguidores que demitem humildes trabalhadores e funcionários, professores, chefes de família que não admitem serem submetidos aos caprichos dos detentores eventuais do poder que desejam, isto sim, em sua desmedida ambição de tomar todos os espaços da vida paranaense, destruir vidas dedicadas ao serviço público e que para esses intolerantes e opressores, verdadeiros tiranos aboletados no Palácio Iguazu, das Secretarias de Estado e nos órgãos da administração indireta e autárquica, cometeram o pecado político de não comungar com suas idéias partidárias, agora transpartidárias, "à la Roberta Close", como o partido do Deputado Requião, e de seus propósitos sinistros de dominação de um povo que luta pelo seu direito ao trabalho e que ajuda a construir o progresso do nosso Paraná e Brasil.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Deputado Luiz Alberto, nós estamos vendo Vossa Excelência fazer análise da situação política. Agora, os covardes, os "Aurelianos", os "Sarneys", estão por aí. Epobres dos prefeitos que da força coercitiva deste governo, Deputado Luiz Alberto, que não faz outra coisa a não ser coagir, os prefeitos para que fiquem ao lado do Governo.

E o ilustre Governador vai a Brasília como mariposa da ilusão, a dizer que nada tem a fazer coação contra os prefeitos. Agora o povo, Deputado Luiz Alberto, o povo meu líder, está observando. Porque o velho Rui Barbosa já dizia "covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta".

E a nossa luta é contra a força, contra o arbítrio deste Governador transparente que não é assimilado pela sua própria bancada, e que leva prefeitos inocentes à força coercitiva. Então Deputado líder da nossa bancada, nós vamos aguardar. Vamos aguardar na vigília cívica, porque os Prefeitos do PDS que se entregaram por força desta pressão governamental, "casa comigo ou engole a isca". Então Deputado

Luiz Alberto eu vejo a eufórica Bancada do PMDB a conquistar elementos que eles não teriam força de conquistar, Deputado.

E Vossa Excelência veja, os homens que hoje estão aí e que não se entendem entre eles a dizer que prefeitos nossos debandaram para o lado de lá. É a força coercitiva, é a força Deputado nosso líder, que Vossa Excelência tem que explicar ao povo, levar ao prefeito, levar ao chefe, levar ao "cacique" mas não levar aos índios"; os "índios" estão lá no PDS, para defender a nossa bandeira, a bandeira da verdade. Muito obrigado.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador). Eu agradeço muito a Vossa Excelência e o aparte, embora tenha perdido a oportunidade, porque Vossa Excelência já respondeu as galhofas costumeiras do nobre Deputado Roberto Requião que tenta transformar esta Casa num picadeiro de circo. Cada vez que ele dá um aparte, ou cada vez que ele intervém num debate, é para ironizar, principalmente a nossa bancada. Mas Vossa Excelência já o colocou no seu devido lugar ao lado de José Sarney, de Francelino Pereira, de Armando Falcão, de toda esta gente e mais aquele ex-Governador da Bahia que jogou cães contra o Presidente do seu partido lá em Salvador, e que hoje vai participar dos comícios ao lado de Ulisses Guimarães, ao lado de Tancredo Neves, ao lado de Roberto Requião.

Vossa Excelência já deu a resposta. Mas eu só queria mais uma vez reafirmar que, realmente, o que tem causado essa deserção de alguns companheiros, de alguns prefeitos, não é o programa partidário do PMDB, porque se ele não cumpre nem nesta Casa, veja a resistência da bancada do PMDB contra um projeto do nobre companheiro Edgard Pimentel, que visa a estadualização de uma faculdade.

Não era isto o que esta gente prometia nos palanques eleitorais antes de novembro de 82? Então vejam que hoje eles estão do outro lado do balcão. Hoje a atitude deles é completamente diferente.

Portanto, não é por atração ao programa partidário do PMDB que esses nossos companheiros estão transferindo de legenda. É exatamente para evitar a discriminação, não contra eles, contra a pessoa física do prefeito, mas como bem disse Vossa Excelência, contra a discriminação feita contra milhares e milhões de paranaenses que vivem nos seus municípios e que precisam efetivamente de verbas, não só do Estado mas como do Governo Federal, para que possam efetivamente dar a esses municípios saúde, educação e transporte; e essas verbas são sonegadas.

Existe a discriminação. Nós temos provas cabais que existe discriminação. E por essa razão é que esses prefeitos, esses nossos companheiros estão se transferindo provisoriamente de legenda, isto é histórico. O nobre Deputado Roberto Requião é estreante nesta Casa, isto é histórico.

O Governo sempre através de pressões consegue efetivamente arrebanhar alguns prefeitos. Mas tão logo, na segunda metade do mandato do atual Governador do Paraná, o PMDB já estará esbodegado, já não oferecerá mais nada a esses prefeitos. E então vai ver lá na frente que esses prefeitos retornarão a suas legendas de origem.

Mas eu agradeço a Vossa Excelência, como disse,

o aparte perdeu a sua oportunidade, porque Vossa Excelência respondeu à altura as ironias do Deputado Roberto Requião.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço a Vossa Excelência. Continuo, Sr. Presidente.

O regime do PMDB tendo Richa à frente, está a empreender a odiosa perseguição aos prefeitos que administram cidades onde vivem quase dois bilhões de brasileiros paranaenses. São os tacões da repressão do regime Richa que estão a pisotear nobres anseios e justificadas aspirações desses paranaenses que habitam os 138 municípios onde forças progressivas e populares souberam honrar sua tradição de luta e independência, e manifestar nas urnas soberanas o seu repúdio aqueles que não vieram ao poder em nosso Estado para construir. Vieram, sim, para destruir, porque eles têm medo que se compare o passado grandioso deste povo de muitos governantes operosos, com esta governo pavoroso e odioso que acabou por mergulhar na corrupção do escândalo dos dólares, levando consigo nessa sua aliança da incompetência com a improbidade, que lesou o patrimônio dos paranaenses em dois milhões e seiscentos mil dólares, órgão da administração pública que até então eram respeitáveis perante o nosso povo em decorrência dos dirigentes que tiveram; órgãos como a COPEL, FUNDEPAR, Loteria do Estado e outros envolvidos na corrupção do favorecimento ao Banco Mercantil de Descontos para que fossem concedidos empréstimos privilegiados ao Secretário de Finanças de Richa, o inadequado administrativo Erasmo Garanhão, beneficiando aquele Banco com depósitos das contribuições descontadas nos salários dos seus empregados, e destinados aos pagamentos de imposto de renda e à Previdência Social.

De um governo que assim procede não se pode esperar ações elevadas. Trata-se de governo discriminatório que está a discriminar prefeituras paranaenses, e esta é uma verdade que o malabarismo verbal dos representantes governistas jamais conseguirá obscurecer e a poderosíssima máquina de promoção propagandística custeada pelo dinheiro dos contribuintes, e alerta a esta Casa que o Governador José Richa, que elevou a verba de publicidade do Palácio Iguaçu de seiscentos milhões, em 1983, para dois bilhões e setecentos milhões, em 1984; já se apressa a solicitar mais recursos para continuar a financiar o engodo à opinião pública paranaense, pois que, ainda sexta-feira passada, fui surpreendido com a informação de que o Governo José Richa já solicitou um crédito extraordinário no valor de um bilhão, tezentos e oitenta milhões para continuar a financiar a poderosa máquina propagandística do seu governo. Mas nada disso impedirá que seja levado a todos os rincões do Paraná para que o povo deste Estado fique sabendo dos males causados à comunidade municipal pela atuação nefanda, emanada do radicalismo político implantado no Paraná pela ação do Governo Richa.

Não se apressem os maus-mandados do Palácio Iguaçu em correr na defesa do seu amo e senhor, porque vamos demonstrar, calcados na frieza dos algarismos e na análise de dados que foram fornecidos pelo próprio Executivo, em cumprimento as constitucionais e regimentais, em decorrência de requerimentos de Deputados da Bancada do PDS nesta Assembléia, toda a extensão da discriminação

na transferência de recursos aos municípios no exercício de 1983. Discriminação do Governo Richa contra o PDS; discriminação que está prejudicando o povo paranaense. Intolerável perseguição política do Governador e de seu Partido.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Na sequência, eu gostaria de demonstrar os números a Vossa Excelência e, na sequência, concederei.

Inicialmente, ao revelar ao povo paranaense como se processa toda a trama diabólica na transferência de recursos financeiros do Governo do Estado, desejo acentuar que os valores que vamos analisar, transferidos pelos diversos programas da Secretaria do Planejamento, da Administração Geral do Estado, da Secretaria da Administração, da Secretaria da Cultura e do Esporte, da Secretaria dos Transportes, da Secretaria da Educação, da FUNDEPAR, do Programa Emergencial, da Secretaria das Finanças e da Governadoria, foram agregados a nível de município, para melhor compreensão de como se processa a discriminação posta em prática por Richa, com a conivência do PMDB, danosa aos interesses de 138 municípios paranaenses.

Todos os 310 municípios paranaenses receberam recursos, porém não se percebe que tenha havido qualquer critério embasado na população urbana ou total, área do município, número de eleitores, expressão econômica ou qualquer outro dado, conforme se constata pela discrepância entre os valores destinados a municípios de tamanhos e importância semelhantes.

O único critério cuja evidência salta aos olhos, foi o da discriminação política sempre em prejuízo dos municípios cujos prefeitos são do PDS.

Esta é a verdade incontestável, conforme se constata, pelo seguinte:

O PMDB detém 178 municípios correspondendo a 55.5% do total; o PDS detém 138 municípios, correspondendo a 44.5% do total, nos municípios do PMDB vivem 5 milhões, oitocentos e vinte mil habitantes equivalentes a 73.3% da população do Estado, nos do PDS vivem 1.810.000 habitantes, o que equivale a 23.7% da população total.

Foram distribuídos 18 milhões de cruzeiros por destinação pessoal de Sua Excelência o Governador do Estado. Em 1983, os municípios do PMDB receberam 15 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, isto é, 87.2%.

Os municípios do PDS receberam 2 bilhões e 300 milhões, o que corresponde a apenas 12.8%, mais um dado, ainda hoje, para que amanhã eu possa continuar a análise da discriminação, pedindo escusas ao Deputado...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado. Concedo-lhe um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concluirei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pronunciamento no horário na Liderança amanhã. Peço escusas ao eminente Deputado por não ter concedido o aparte, mas gostaria, para concluir, dizer que da verba de assistência social que o Governador do Estado distribuiu em 1983, de 418 milhões de cruzeiros,

apenas 9% distribuiu aos municípios do PDS e o restante 91% distribuiu aos municípios dirigidos pelo PMDB, é um dado e outros mais trarei amanhã, para que o Paraná saiba da discriminação total do governo peemedebista contra um milhão e oitocentos mil paranaenses.

O Sr. Nilso Sguarezi — Sobre a verba de Assistência Social, Vossa Excelência deveria dizer dos Deputados do PMDB e do PDS do Governo passado, que os Deputados do PMDB não receberam verbas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Distribuída pelo Palácio Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa com base na Resolução 12/71, abre prazo por três dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 11 do corrente mês, para oferecimento de emendas às Proposições nºs 144/84 e 165/84, propostas de emendas à Constituição do Estado, de autoria dos Srs. Deputados Márcio Almeida e Aníbal Khury, respectivamente.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 174/84. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 26/84. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação de autoria dos Srs. Deputados Aníbal Khury e Edgard Pimentel, acima aprovados:

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 174/84 (Mensagem nº 148/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair operação de crédito externo com o BID, até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares) dos EUA, visando ainda, autorizar concessão de fiança, garantia e contragarantia até o limite de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares) dos EUA, conforme especifica.  
**Em votação. Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa vai proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.  
(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).  
Trinta e quatro (34) Srs. Deputados responderam a chamada.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo a solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

Vinte e um (21) Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) — Sr.

Presidente, gostaria de registrar que em primeiro lugar não são vinte e um Senhores Deputados e sim vinte e três e que apenas dois Senhores Deputados do PDS se encontram na Casa, tendo em vista que os demais se retiraram.

Gostaria que fizesse esse registro, porque na última semana assistimos contundentes reclamações dos nossos prezados colegas da bancada da direita que chegaram a subir às galerias da Casa para protestarem contra a nossa ausência.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 198/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 167/84), que visa obter autorização de um crédito especial no valor de CR\$ 2.119.735.000,00 (dois bilhões, cento e dezenove milhões, setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), destinados a atender despesas com obras e instalações do "ANEXO AO PLENÁRIO" da Assembléia Legislativa, para o exercício de 1984, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.C.J., por unanimidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 198/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de CR\$ 2.119.735.000,00 (dois bilhões, cento e dezenove milhões, setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), ao vigente Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a cobertura de despesas com obras e instalações.

Art. 2.º. Servirá como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, o estabelecido no § 1.º, item II, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º. O crédito de que trata a presente lei não será computado para efeitos de cálculo do percentual de que trata o art. 38, da Constituição Estadual.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 198/84.

Originário da Mensagem Governamental nº 167/84, o presente Projeto de Lei nº 198/84, tem por finalidade obter autorização de um crédito especial no valor de CR\$ 2.119.735.000,00 (dois bilhões, cento e dezenove milhões e setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), destinados a atender despesas com obras e instalações do "Anexo ao Plenário" da Assembléia Legislativa.

No âmbito desta Comissão de Finanças, analisando-se o aspecto financeiro, temos que o projeto, segundo justificativa da própria Mensagem, "os recursos necessários à cobertura do presente crédito são